



Reflexões, histórias e lutas contra a violência da economia verde

Boletim do WRM 264

Janeiro 2023

[Acesse o Boletim no site do WRM](#)

[ASSINE O BOLETIM](#)

Índice

NOSSA OPINIÃO - Conferências do clima e agendas políticas.....	2
Plantações de dendzeiros em Chiapas, México: mulheres na luta contra o controle territorial e a violência.....	5
Um diálogo que reflete sobre 15 anos do REDD como política climática nas florestas.....	11
As vozes das mulheres que vivem próximo às plantações de dendzeiros da Socfin em Serra Leoa.....	19
Novas capitais, desmatamento e apartheid social: paralelos entre Brasil e Indonésia	22
Ilusões do carbono na Amazônia brasileira.....	28
América do Sul: a destruição “verde” da floresta amazônica.....	33
RECOMENDADOS.....	40
- Produção de dendê explora populações negras e indígenas no Brasil	
- Empresa de óleo de dendê, polícia e militares realizam ataque massivo e violento contra moradores de aldeias na República Democrática do Congo	
- Famílias na República do Congo perderam suas terras para dar lugar ao projeto de compensação da gigante do petróleo Total	

Este Boletim tem artigos escritos por as seguintes organizações e indivíduos:

O coordenadora da Rede de Mulheres da Costa em Rebeldia, de Chiapas, México; nove aliados do WRM de diferentes regiões para discutir os impactos nocivos do mecanismo REDD, incluindo a Acción Ecológica do Equador, Censat/Amigos da Terra de Colômbia, o Centro de Recursos Agrários da Indonésia, Muyissi Environnement do Gabão, a Rede Ambiental Indígena (IEN) da América do Norte e a Corner House do Reino Unido; coordenadora nacional da rede de defesa dos direitos das mulheres WORNAPI, da Serra Leoa; e o Secretariado Internacional do WRM.

NOSSA OPINIÃO

Conferências do clima e agendas políticas

Os acordos a que os governos chegam (ou não chegam) durante as cúpulas climáticas da ONU não são muito relevantes no mundo real da expansão do mercado de carbono. Empresas, governos, ONGs conservacionistas, consultorias, corretoras, bancos e muitos outros atores interessados estão se esforçando para estabelecer os esquemas de mercado de carbono como sendo “o único caminho a seguir”.

A indústria de combustíveis fósseis e seus aliados políticos e econômicos fracassaram (mais uma vez) em sua ofensiva de lobby para que os governos adotem regras sobre o comércio de carbono durante as últimas negociações climáticas da ONU, em novembro de 2022, apesar do [número cada vez maior de lobistas](#) presente nas cúpulas climáticas.

E por que esses atores estão tão ávidos para que o comércio de carbono seja uma política climática? Porque isso permite que a indústria de combustíveis fósseis e todas as que dependem deles continuem se expandindo e possivelmente até lucrem com isso. Os “mercados de carbono” estão no centro de muitos conceitos que estão sendo promovidos atualmente, como compensações de carbono, políticas de “emissão líquida zero”, produtos “neutros em carbono”, “soluções baseadas na natureza”, REDD+ e “desmatamento líquido zero”.

Embora o papel real dos mercados de carbono no Acordo de Paris da ONU continue sendo contestado e debatido em suas cúpulas climáticas, alguns governos estão avançando na implementação de esquemas nacionais ou subnacionais, acordos bilaterais ou parcerias público-privadas para estabelecer novas iniciativas no mercado de carbono. Tudo isso, de uma forma ou de outra, gera demanda por mais comércio de carbono e abre caminho para uma dependência ainda mais forte em relação aos esquemas do mercado de carbono como *o único caminho a seguir*.

O governo da Suíça, por exemplo, estabeleceu tratados bilaterais com Peru, Gana, Senegal, Geórgia, Vanuatu, Dominica, Tailândia, Ucrânia, Marrocos, Chile e Uruguai, a fim de atingir sua meta de emissão “líquida zero” até 2050. Esses acordos estabelecem uma base jurídica para contratos comerciais que garantam a transferência de créditos (baratos) de redução de emissões, abrindo caminho para que os países do sul financiem reduções de emissões mais caras para atingir suas próprias metas. (1) Uma empresa de consultoria de carbono explicou como esses acordos são “laboratórios importantes para o futuro dos mecanismos de mercado”. (2)

Além disso, na conferência climática da ONU, o enviado especial dos Estados Unidos para o clima, John Kerry, lançou um plano voluntário de compensação de carbono, com o apoio do Earth Fund, de Jeff Bezos (da gigante varejista Amazon), e de Microsoft, PepsiCo e Bank of America. (3)

As empresas de combustíveis fósseis e outras poluidoras também continuam assinando acordos com os governos do Sul para a compra de grandes quantidades de compensações de carbono. Em

novembro de 2022, o presidente da Guiana, Irfaan Ali, anunciou que a petrolífera estadunidense Hess Corporation compraria 2,5 milhões em compensações de carbono todos os anos, de 2016 a 2030. A Hess Guyana Exploration detém 30% de participação no bloco de exploração de petróleo e gás Stabroek, na costa da Guiana. Os créditos de carbono são gerados por projetos de REDD nas florestas do país. (4) Todas as grandes empresas de petróleo estão comprando compensações.

Os acordos a que os governos chegam (ou não chegam) durante as cúpulas climáticas da ONU não são muito relevantes no mundo real da expansão do mercado de carbono. Empresas, governos, ONGs conservacionistas, consultorias, corretoras, bancos e muitos outros atores interessados estão se esforçando para estabelecer os esquemas de mercado de carbono como sendo o único caminho a seguir.

Isso é ainda pior se considerarmos que as compensações de carbono, ao mesmo tempo em que intensificam a crise climática, estão servindo de fachada para a expansão de uma concentração violenta e racista de terras e florestas pertencentes a povos indígenas e comunidades camponesas.

Um artigo deste Boletim sobre quatro projetos de REDD no município de Portel, no Brasil, mostra como os direitos das comunidades, em alguns casos até desconhecidos delas próprias, são violados, e sua autodeterminação é comprometida por esses projetos.

Outro artigo apresenta uma rodada de discussão organizada pelo WRM para refletir, junto a nove aliados de diferentes regiões, sobre as muitas e diversas camadas de impactos nocivos que o mecanismo de REDD vem causando nos últimos 15 anos.

Com foco na região amazônica em particular, outro artigo explica como as “soluções” que estão sendo propostas – incluindo esquemas de carbono, energia renovável, agrocombustíveis, etc. – se transformaram em novas causas subjacentes do desmatamento. Esses projetos “verdes” estão se expandindo junto a outros projetos destrutivos que permitem que as empresas sigam lucrando normalmente.

Entre esses projetos destrutivos estão as plantações industriais de monoculturas. Este Boletim inclui duas contribuições destacando as histórias e as resistências das mulheres que enfrentam as plantações de dendzeiros em seus territórios: uma é um podcast que conta a história de mulheres de Serra Leoa enfrentando as plantações da empresa Socfin; a segunda é uma entrevista com uma participante da Rede de Mulheres da Costa em Rebeldia, de Chiapas, México, que destaca a forma como elas estão enfrentando essa monocultura facilitada por contratos que os homens estão assinando com as empresas.

E outro artigo reflete sobre os atuais planos do governo da Indonésia para construir uma nova capital com o argumento de torná-la uma cidade “verde” e “inteligente”, o que ajudaria o país a atingir suas metas de “emissão líquida zero”. O artigo traça paralelos com a época em que os governantes brasileiros decidiram construir uma nova capital, há cerca de 60 anos, no meio do país.

Enquanto povos indígenas, camponeses e outras comunidades, principalmente no Sul Global, enfrentam em primeira mão os fortes impactos da crise climática, as conferências e os acordos da ONU foram inundados, desde o início, pelos interesses de manter a economia capitalista funcionando.

Direcionemos nossos olhares e esforços ao fortalecimento da nossa solidariedade e a traçar estratégias que incluam alianças horizontais entre os movimentos de base. (5) As discussões precisam estar lá, com quem realmente está defendendo a vida.

(1) Confederação Suíça, acordos climáticos bilaterais sobre reduções de emissões e armazenamento de carbono no exterior, <https://www.bafu.admin.ch/bafu/en/home/topics/climate/info-specialists/climate--international-affairs/staatsvertraege-umsetzung-klimauebereinkommen-von-paris-artikel6.html>

(2) Argus, Swiss article 6 agreements 'set poor precedent', novembro de 2021, <https://www.argusmedia.com/en/news/2269408-swiss-article-6-agreements-set-poor-precedent>

(3) Reuters, U.S. climate envoy Kerry launches carbon offset plan, novembro de 2022, <https://www.reuters.com/business/cop/us-climate-envoy-kerry-launches-carbon-offset-plan-2022-11-09/>

(4) REDD-Monitor, Guyana is to sell US\$ 750 million carbon offsets to Hess Corporation, a US-based oil corporation that is extracting oil in Guyana. The saga of false solutions to the climate crisis continues, dezembro de 2022, <https://redd-monitor.org/2022/12/05/guyana-is-to-sell-us750-million-carbon-offsets-to-hess-corporation-a-us-based-oil-corporation-that-is-extracting-oil-in-guyana-the-saga-of-false-solutions-to-the-climate-crisis-continues/>

(5) Documento do WRM, Uma reflexão crítica sobre a participação em processos internacionais de política florestal, 2022, <https://www.wrm.org.uy/pt/publicacoes/uma-reflexao-critica-sobre-a-participacao-nos-processos-internacionais-de-formulacao-de-politicas-para-as-florestas>

Plantações de dendzeiros em Chiapas, México: mulheres na luta contra o controle territorial e a violência

As plantações de dendzeiros são a principal causa do desmatamento no sudeste do México. Uma rede de mulheres em Chiapas se organizou para denunciar as táticas de coerção e fraude usadas pelo Estado e pelas empresas para que os camponeses aceitem a monocultura em suas terras. A luta delas é pela terra, por seus saberes e para que suas vozes sejam ouvidas.

As plantações de dendzeiros se tornaram um dos principais motores do desmatamento no sudeste mexicano. Essas monoculturas têm sido impostas como forma de controle territorial, desagregando e se aproveitando de formas de organização social existentes, além de gerar violência, principalmente contra as mulheres e os territórios que elas defendem. (1)

Segundo dados de 2019, o estado de Chiapas, no sul do México, concentra mais de 43% das plantações de dendzeiros do país. (2) Somente na Região da Costa, ao sul de Chiapas, são 27.500 hectares plantados. No norte de Chiapas, essas plantações se conectam a um “corredor” do dendê que inclui territórios na Guatemala e em Honduras. Esse corredor foi consolidado com o “Projeto de Integração e Desenvolvimento da Mesoamérica”, promovendo o “Programa Mesoamericano de Biocombustíveis”, que busca a reorganização territorial em benefício dos interesses empresariais e das elites locais. A Região da Costa, por sua vez, tornou-se uma grande área extrativista, com projetos de mineração e hidrelétricas, megainfraestrutura, gasodutos e plantações de monoculturas, além de representar uma zona de maior controle militar em função da migração aos países do Norte. Não é por acaso que as maiores plantações de dendê se encontram nessa região, já que é a mais rica em água de todo o México.

Em Chiapas existem onze processadoras de óleo de dendê bruto, que depois é transformado em azeite vegetal em refinarias localizadas nos estados de Veracruz e Jalisco. Cada uma dessas unidades incentiva a expansão do plantio de dendê. As plantações também estão relacionadas a outro megaprojeto extrativista na área de Palenque, ao norte de Chiapas: “O Trem Maia”, a parte mais visível do chamado “Projeto de Reordenamento Territorial do Sul-Sudeste”, também vinculado ao “Projeto de Integração e Desenvolvimento da Mesoamérica”. Esse trem servirá como rota para a extração de matérias-primas básicas, entre elas, o dendê.

Diante dessa situação, as mulheres vêm se organizando fortemente na região e denunciando as táticas de coerção e fraude do Estado e das empresas, para que os camponeses aceitem a monocultura em suas terras. Entre os impactos, elas mencionam que o espaço dedicado à produção para subsistência é cada vez mais reduzido e contaminado por agrotóxicos, a terra sofre erosão, dificultando a produção, e os animais não têm água nem pasto. A alimentação familiar torna-se cada vez mais dependente da compra de produtos industrializados e processados, ou mesmo da aquisição de grãos básicos, como milho e feijão. Para as mulheres, isso também

significou a perda de suas práticas ancestrais de cuidado e preservação dos territórios, de seus saberes e suas histórias, de sua cultura e suas formas de se organizar, trabalhar, celebrar e se alimentar.

A maioria das mulheres não concorda em arrendar a terra para a monocultura, mas como elas não são as titulares das propriedades, seus interesses não são levados em consideração. Assim, a luta das mulheres pela terra também está relacionada à sua luta para poder participar e decidir sobre o que acontece em suas comunidades, sobre o que plantar, quando e como, e para que sua voz seja ouvida em igualdade de condições.

O governo, por sua vez, sob o discurso de proteção e controle do crime organizado, enviou a Guarda Nacional, militarizando esses territórios. Consequentemente, a perseguição, o assédio, o controle e a violência física, sexual e emocional contra as mulheres aumentaram com total impunidade, assim como os feminicídios. Além disso, a situação é agravada pelo controle que grupos do crime organizado pretendem exercer na região.

Porém, as mulheres não pararam sua luta, pois juntas, em redes e coletivos, estão se organizando, se informando e se capacitando para fortalecer sua voz e sua luta coletiva.

O WRM conversou com **Guadalupe Núñez Salazar, coordenadora da Rede de Mulheres da Costa em Rebeldia**, um grupo de cerca de 80 mulheres que pertencem a várias comunidades dos municípios localizados naquela região de Chiapas, em defesa de suas terras e territórios.

WRM: Você poderia nos contar como se lembra dessas terras antes da chegada do dendê à região?

Antes de haver dendê plantado, este território era cheio de árvores frutíferas, havia rios caudalosos, muita vegetação diversa e animais. Eu me lembro muito bem deste lugar antes da chegada do dendê. As mulheres tinham cultivos variados e podiam consumir e produzir diversos alimentos. Nós tomávamos banho tranquilamente nos rios e se pescava muito quando era época. A água era pura e não precisava ferver nem colocar nada nela para poder beber, como temos que fazer agora. Naquela época, se sentia que havia mais proximidade e contato com a terra e as suas riquezas, e tinha muita coisa para comer, incluindo os bichinhos do mato. Levas de passarinhos chegavam em abundância nessa época. Eram terras muito úmidas, sempre foram, mas nós sabíamos fazer o manejo para aproveitá-las.

WRM: Quando e como as plantações chegaram aos seus territórios?

O dendê chegou na década de 90, através dos governos.

Em 1998 houve inundações muito fortes, que causaram grandes prejuízos às famílias de agricultores. Boa parte da região havia sofrido inundações graves. É preciso lembrar que o furacão Mitch ocorreu nesse mesmo ano, soterrando várias províncias e levando colheitas, animais e árvores que as pessoas tinham para sobreviver.

Então o governador da época insistiu que o dendezeiro deveria ser cultivado para ajudar a secar a terra e evitar enchentes.

Em 2007, o governo começa com uma propaganda mais forte para levar as pessoas a plantar dendê em suas terras. Representantes do governo abordaram os *ejidatarios* que tinham terras, em sua maioria homens, para promover essa monocultura como forma de fazer negócios, continuando com o discurso de que o dendê ajudaria a evitar as enchentes ocorridas em 98.

A explosão do dendê na região também é impulsionada pela promoção de financiamentos de até cinco anos para implementar os plantios.

Devemos nos lembrar que, devido à forma de propriedade da terra no México, o governo ou uma empresa não têm como comprar grandes extensões de terra. As terras são de propriedade comunal, conhecidas como *ejidos*, mas cada pessoa tem um pedaço de terra no qual as decisões de uso são tomadas pelo *ejidatario*. Portanto, o que fazem é ir tomando a terra com discursos de que as empresas vão comprar o dendê. Isso também está relacionado ao uso e ao controle da água, já que as plantações (e, portanto, as empresas) acabam usando a que está nas terras dos agricultores. Então, em vez de comprar a terra e a água, as empresas as arrendam, por assim dizer. E é aí que começa a mudança radical na vegetação e na diversidade dos territórios dessa região.

Então, os interesses das empresas se juntaram aos do governo, e ambos trabalharam juntos para fomentar o dendê. Inicialmente, eles distribuíam as plantinhas de graça a quem aceitasse os contratos, mas depois, elas passaram a custar 30 ou 50 pesos, e as próprias empresas vendiam. Prometiam que a vida iria melhorar, que iam ter mais renda... vendiam a ideia de que as pessoas sairiam da pobreza.

Mas há uma falsidade aí, certo? Sempre se considera que as pessoas das comunidades são pobres, mas nós sempre dissemos que pobreza não é ter 1.000 pesos na carteira. Riqueza é o que há nas comunidades. Lá eles têm sua terrinha, sua água, sua vegetação, e isso é uma grande riqueza! Às vezes nós não percebemos, e vendemos essa riqueza para o governo e as empresas... estão tirando isso de nós! As pessoas das comunidades são usadas e enganadas com a promessa de muito dinheiro.

Agora você vê uma quantidade excessiva de dendê nos territórios, e quanto mais dendê tem, menor é o preço.

Os contratos nessa região são principalmente com duas empresas processadoras: PalmoSur (Palmeras Oleaginosas del Sur S.A.) e Uumbal. Além disso, existe uma cooperativa de coleta de dendê impulsionada pelo governo, que pertence aos próprios pequenos produtores. A cooperativa já teve até que comprar balanças para pesar o dendê antes de levar às processadoras.

WRM: Como foi criada a Rede de Mulheres e como tem sido seu processo de luta?

A Rede de Mulheres da Costa em Rebeldia nasceu de uma organização chamada Conselho Regional Autônomo da Costa, cuja principal luta é pelo acesso à energia elétrica, embora sempre relacionada ao que acontecia nos territórios, devido ao número de efeitos ambientais nas comunidades.

Em 2016, nós começamos a nos organizar como mulheres para que as companheiras que já estavam na organização, mas tinham pouca participação, pudessem ser mais sensibilizadas pelo que acontecia nas comunidades. Um ponto importante para nós foi conscientizar sobre como as terras comunitárias que tinham plantações de dendê estavam sendo gravemente impactadas e como isso afetava não só a quem tem as plantações, mas também a toda a comunidade, principalmente às mulheres. Nós nos reunimos e entramos em contato com os companheiros que tinham dendezeiros em seus territórios e vivenciavam seus impactos, para saber mais sobre o que estava acontecendo.

Agora sabemos que a terra está rachada, a água está amarela, os rios estão muito mais lentos, alguns poços cheiram a ferrugem. Vemos como se perdem os alimentos nutritivos e diversos, e as plantas medicinais. Depois de uns cinco anos de plantio de dendê, se vê que o alimento já está contaminado com agrotóxicos. Por exemplo, o milho que era grande agora sai pequeno e com grãos bem dispersos. A terra está erodida e endurecida, dificultando muitíssimo a produção de alimentos... muitas plantas secam ou não dão frutos. A situação da água também é preocupante, e se pode ver diretamente sua poluição, e como ela está acabando... não tem mais água suficiente. E quando não tem água, quem mais sofre é a mulher, que tem que se virar para conseguir. Esse compartilhamento nos ajudou a continuar nos organizando e influenciando a defesa de nossas terras e territórios.

Começamos com 5 mulheres em 2016, e agora somos cerca de 80 companheiras, de 16 comunidades – cerca de 10 ou 15 mulheres de cada comunidade, que estão atentas e influenciando o trabalho.

A experiência no Conselho Autônomo, onde havia homens e mulheres, nos fez perceber que era importante criar um espaço só para mulheres. Tínhamos que encontrar um espaço para poder falar não apenas da poluição e seus efeitos sobre a terra e a água, mas também das violações de nossos direitos como mulheres. A Rede se tornou um espaço necessário para estarmos juntas, nos abraçarmos, nos sentirmos, refletirmos juntas e caminharmos juntas. Esse sentimento nos impulsionou a fortalecer essa Rede de Mulheres.

Um dos nossos principais desafios no processo de manutenção desse espaço foi nos fazer ouvir para ganhar força. Porque se não pudermos falar fora dos nossos espaços, quem vai nos ouvir? Então o espaço é fundamental para nos fortalecermos e podermos falar com convicção. Temos que entender que muitas mulheres são violentadas em seus lares, e portanto, juntas, aprendermos a nos defender e conhecer os direitos que foram violados. Além disso, trabalhar em processos organizativos de resistência também implica, em muitos casos, entrar em confronto com os

próprios companheiros. Juntos, podemos ver maneiras de seguir em frente, de continuar lutando. Podermos nos abraçar e chorar juntas nos ajuda a fortalecer a nossa voz coletiva.

Ser mulher coloca em perspectiva o que significa o extrativismo. O que se extrai? Pois são as nossas plantas, os nossos conhecimentos, a nossa saúde. As mulheres carregam o fardo de fazer as marchas, os bloqueios, as refeições, e assim se somam os nossos fardos... Embora os companheiros também façam os percursos (risos).

Agora estamos tentando conscientizar para que os que têm dendê em suas terras deem um jeito de cortar um dendezeiro todo ano para replantarmos as nossas próprias lavouras.

WRM: Como a violência é vivida nos territórios e qual é a defesa de vocês contra ela?

Desde a chegada da Guarda Nacional, sua presença é percebida nas comunidades. Eles dizem que estão aqui para cuidar, mas o que se vê é um aumento de homicídios, feminicídios, criminalidade, desaparecidos... tudo. Essa presença faz com que haja muito controle, e acreditamos que o que eles protegem são os interesses do governo e das empresas. Porque nós, mulheres, somos contra as plantações de dendê, mas também somos contra as mineradoras, hidrelétricas e grandes eólicas que o governo quer instalar nesta região. Estamos trabalhando para dizer que nós é que vemos os principais impactos e estamos em pé de luta, em defesa de nossas terras.

Além de mães, filhas, esposas, somos defensoras da vida. A Guarda Nacional veio para ficar, mas isso não nos impedirá de nos organizarmos para defender o que é nosso, essa coisa tão preciosa que querem nos tirar. Vimos que agora, com tantos soldados no território, há mais assassinatos de mulheres e desaparecimentos de mulheres jovens, além de prostituição. Além disso, o crime organizado aumentou, o que nos preocupa muito, porque nunca sabemos se eles podem nos identificar, e aí já não amanhecemos vivas.

Como mulheres, fazemos parte do território e, portanto, somos as mais prejudicadas quando os homens assinam esses contratos. Somos a força que defende nossos alimentos, nossa água, nossos conhecimentos. Através desses espaços de mulheres, conseguimos sensibilizar mais mulheres e nos unir na defesa.

Nós, mulheres, temos que nos organizar e defender nossos direitos e nossas vidas coletivas, que temos desde tempos ancestrais. É preciso entender e refletir juntas, profundamente, sobre o que governos e empresas fazem contra o povo, para poder agir. Também é preciso conscientizar os colegas para que entendam que as mulheres têm necessidade dessa defesa, de informações, de tomar decisões. Eles têm que entender que não podem ir às reuniões sem a gente, que não podem assinar nada sem a gente. Ainda há um longo processo pela frente até que eles entendam que nós não somos objetos, e sim sujeitos de nossas próprias vidas.

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

(1) As informações da introdução são baseadas no trabalho de pesquisa da organização mexicana Agua y Vida, que lançou, em 2022, a publicação: Ramos, Guillen Claudia y Schenerock, Angélica, La Palma Aceitera desde la Palabra de las Mujeres. Diagnóstico de la palma aceitera y sus efectos en los territorios de Chiapas, <https://aguayvida.org.mx/wp-content/uploads/2021/08/Mujeres-y-Palma-Aceitera-Diagno%CC%81stico.pdf>

(2) Ramos, Guillén Claudia, La expansión de la Palma Aceitera en el Sureste Mexicano, 2019, <https://materiales.otrosmundoschiapas.org/expansion-de-los-monocultivos-en-elsureste-mexicano-la-palma-aceitera-enchiapas/>

Um diálogo que reflete sobre 15 anos do REDD como política climática nas florestas

Em 2022, o WRM conversou com várias das autoras e dos autores da publicação “15 Anos de REDD: Um esquema corrompido em sua essência”, junto a outros aliados. O objetivo foi refletir sobre as muitas camadas de impactos nocivos que esse mecanismo vem causando nos últimos 15 anos. Aqui está um resumo de cada contribuição.

Em novembro de 2022, o WRM conversou com várias das autoras e autores da publicação “[15 Anos de REDD: Um esquema corrompido em sua essência](#)”, junto a outros aliados. O objetivo foi refletir sobre as muitas camadas de impactos nocivos que esse mecanismo vem causando nos últimos 15 anos. Não nos esqueçamos que o REDD foi introduzido nas negociações climáticas da ONU como política dominante sobre as florestas, e também foi na ONU que se introduziu a lógica das compensações (“*offsets*”, em inglês), ou seja, essa ideia equivocada de que a poluição causada por um ator, em um lugar, pode ser compensada por outro ator, em outro lugar. O REDD se baseia nessa lógica, e vem permitindo que empresas e agentes estatais criminosos continuem lucrando normalmente, mas adquiriram uma imagem “verde”.

Muito se pode dizer sobre os fracassos do REDD e seus impactos sobre os territórios, mas é importante salientar que os defensores desse sistema têm repetido à exaustão que as comunidades que dependem da floresta são culpadas pelo desmatamento e que o REDD seria a salvação para reduzi-lo. Esse é um discurso colonialista e racista, que facilita a imposição, a comunidades e Povos Indígenas, de restrições e proibições sobre o acesso e o uso de suas florestas e terras, enquanto o REDD não impõe restrições e proibições à indústria do petróleo, à exploração de madeira, às megainfraestruturas, à mineração, nem à indústria de plantação de árvores, em constante expansão.

Este artigo apresenta um resumo de cada uma das intervenções feitas durante a discussão. O evento completo pode ser ouvido [neste link](#).

WRM a Jutta Kill, membro do Secretariado do WRM:

Por que você afirma, em seu artigo, que o REDD não foi apenas um fracasso? E por que ainda se fala de REDD nas negociações da ONU?

Jutta Kill: A redução do desmatamento nunca foi a principal razão ou motivação para se introduzir esse mecanismo. Sendo assim, quais são essas outras motivações para o REDD? Identificá-las nos ajudaria a compreender por que, apesar da persistência de níveis elevados de desmatamento, o REDD – e agora também as chamadas “soluções baseadas na natureza” – ainda têm um grande espaço nas discussões sobre o clima.

Se olharmos apenas para o fracasso do REDD na redução do desmatamento, não enxergaremos quem se beneficiou e em que sentido ele *não* foi um fracasso. O REDD não foi um fracasso para a indústria do petróleo e outras, responsáveis pela crise climática. Mineradoras e petrolíferas estão entre as maiores beneficiárias desse mecanismo porque, para elas, o REDD tem servido para desviar a discussão, e tornou impossível discutir, tanto na ONU como na sociedade em geral, o que realmente deveria ser discutido: como manter os combustíveis fósseis no solo. Quando não prestamos atenção ao carbono que está preso debaixo do solo, essas empresas ficam muito felizes, pois isso lhes permite manter os seus lucros milionários provenientes da extração de petróleo, gás e carvão. Em vez disso, o foco do REDD recai sobre o carbono que está acima da superfície da terra, ou seja, nas florestas e nos solos. Isso é uma armadilha.

O REDD também não foi um fracasso para o setor da conservação. Essas grandes ONGs obtiveram enormes lucros com oficinas de formação, metodologias de medição de carbono (com enormes margens de erro) e assim por diante.

Outra razão pela qual o REDD não vem sendo apenas um fracasso é a grande quantidade de programas de “neutralidade de carbono” que estão disponíveis hoje em dia. O REDD tem sido fundamental para nos fazer acreditar que não há problema em continuar comprando produtos e serviços que, na verdade, agravam a crise climática.

Concluindo, muita gente está obtendo lucros astronômicos com a indústria dos combustíveis fósseis, e é gente que usa o REDD – e agora, as chamadas “soluções baseadas na natureza” – e o mercado do carbono para desviar nossa atenção da necessidade de deixar de extrair petróleo, gás e carvão do solo. Por outro lado, o REDD também ajudou a aumentar a apropriação da terra e o controle de seu uso por Povos Indígenas e comunidades camponesas.

WRM a Ivonne Yanez, membro da Acción Ecológica no Equador e da Oilwatch Network na América Latina:

Como é possível que a indústria petrolífera, principal causa da crise climática, esteja liderando a busca pela chamada “solução” proposta pela ONU?

Ivonne Yanez: Há quase 60 anos, sabemos que as emissões provenientes da extração e do consumo de combustíveis fósseis são a principal causa do aquecimento global. E os primeiros a saber disso foram as companhias de petróleo. Existem vídeos de cientistas que trabalhavam para essas empresas há 50 anos e que já falavam sobre o problema do aquecimento global. Mas também sabemos que o capitalismo, tal como o conhecemos agora, necessita de energia proveniente de combustíveis fósseis, como carvão, petróleo e gás. E justamente esses mecanismos de compensações de carbono de que estamos falando, como o REDD, foram falsamente promovidos como soluções para enfrentar as mudanças climáticas, através de todas as instituições da ONU, do sistema financeiro internacional, entre outros. Mas, na realidade, eles foram criados exatamente para dar continuidade ao processo de extração e consumo de combustíveis fósseis.

Porém, quando falamos da indústria do petróleo, devemos pensar não só em Shell, Texaco, Chevron ou Eni, mas também no capitalismo fóssil. Ou seja, uma agricultura industrial que é uma grande consumidora de combustíveis fósseis e emissora de outros gases de efeito estufa, todo o aparato industrial-militar, que também é um grande consumidor de combustíveis fósseis. Mas também em um sistema financeiro que depende, em grande medida, do dinheiro que move todo aquele aparato industrial-militar extrativista relacionado aos combustíveis fósseis. Assim, esses mecanismos de compensação foram criados pelos capitalistas que queriam dizer: “Nós sabemos qual é o problema, mas não queremos resolvê-lo”.

Também temos que evitar dizer que o problema da crise climática não foi resolvido “apesar das negociações sobre as mudanças climáticas” ou “apesar desses mecanismos”. Temos que dizer sempre que foi “por isso”, “por causa desses mecanismos”, “por causa do sistema da ONU com todas as suas infraestruturas”, que as emissões não pararam e continuam se expandindo.

WRM para Tamra Gilbertson, que fez doutorado sobre compensações de carbono na Colômbia.
O que podemos aprender com o “mecanismo de tributação do carbono” no contexto da Colômbia?

Tamra Gilbertson: Quase sempre, ao procurar supostas “soluções” fora do mercado de carbono, as pessoas argumentam que devemos tributá-lo. Mas quando analisamos em profundidade os impostos sobre esse e outros esquemas semelhantes em todo o mundo, verificamos que os países que têm tributos sobre os combustíveis fósseis ou as emissões geradas, ou outros semelhantes, não conseguiram reduzir a extração. Os impostos não mantêm os combustíveis fósseis no solo. Portanto, um imposto sobre o carbono não vai conter a mudança climática nem parar os poluidores. Por outro lado, vimos que as empresas sabem exatamente como fazer para não pagar impostos e, portanto, acabam por prejudicar os consumidores ou os salários dos trabalhadores.

Sendo assim, os impostos não foram criados para impedir a acumulação capitalista, e sim o contrário, para permitir a sua continuação.

Outra questão é que esses impostos terminam sendo um primeiro passo para os países estabelecerem mercados internos de carbono. No caso da Colômbia, o programa fiscal acaba por ser um inventário das emissões do país. E ele foi construído de tal forma que apenas determinados tipos de poluição ocorrida dentro do país tiveram de pagar uma certa porcentagem de impostos. Não nos esqueçamos de que as maiores minas de carvão a céu aberto do hemisfério ocidental se encontram na Colômbia, gerando imensos impactos sobre a população afro-colombiana e os povos indígenas.

Quando se cria um imposto sobre o carbono, ele não incide sobre o carvão que está efetivamente sendo extraído, porque 98% desse carvão é exportado, principalmente para a Europa. O imposto incide sobre as emissões geradas pelo maquinário usado para extrair o carvão. As empresas, por sua vez, conseguiram recorrer a outros mecanismos, incluindo o REDD, em vez de pagar o imposto. Grandes agências doadoras, como a USAID e ONGs de conservação, sentaram-se à mesa para formular essas leis. E o que aconteceu é que a indústria do carbono continua não pagando

impostos sobre o carbono, ao mesmo tempo em que gera um impacto muito forte, acompanhado de muita violência, em dois níveis: nos territórios de extração e nos territórios usados para a suposta compensação.

WRM a Diego Cardona, membro da Censat/Amigos da Terra, Colômbia:

Quais são os desafios gerados para o meio ambiente e as mudanças climáticas quando o presidente (de esquerda) da Colômbia apresenta a Economia Verde como sua agenda política?

Diego Cardona: Para responder à pergunta, eu gostaria de mostrar um comunicado de 2019, emitido pela Corpoamazonia, a autoridade ambiental da Amazônia colombiana, em que ela adverte os Povos Indígenas e as comunidades locais sobre ONGs, cooperativas ou empresas que se encontram nos territórios, gerenciando projetos de compra ou venda de créditos de carbono. Ou seja, projetos do tipo REDD – que sabemos terem mudado muito seus nomes depois de todos os escândalos. Em resumo, a última linha do comunicado diz: “Recomendamos que as comunidades rurais não forneçam documentos, dinheiro ou outras informações solicitadas por essas organizações...”. Vários anos já se passaram desde então, e o aviso continua o mesmo e as comunidades continuam sendo enganadas.

O número de projetos de carbono tem crescido enormemente no país. Centenas de contratos que cobrem milhões de hectares com projetos de carbono continuam sendo assinados o tempo todo. E as estratégias são as mesmas: alguns líderes comunitários são cooptados – sempre envolvendo um ou alguns homens da comunidade, nunca uma mulher – e se assina um contrato com essa(s) pessoa(s), gerando divisão e, algo muito fundamental, desterritorialização. Em outras palavras, as pessoas têm de abandonar o seu território, não podem usá-lo, não podem praticar agricultura, não podem cortar uma árvore para fazer uma casa. Resumindo, não podem viver lá.

Que riscos específicos existem neste momento político no país? Fundamentalmente, que mudem a agenda e as prioridades dos movimentos sociais. Ou seja, esse governo tem muito apoio social e político de movimentos, Povos Indígenas, afrodescendentes, camponeses, que respaldaram seu programa. Mas a proposta de venda de créditos de carbono é muito forte, mais ainda do que a do governo anterior, contra o qual exercíamos uma grande resistência. E agora é mais problemático, porque um governo que se apresenta como progressista está propondo aquilo a que temos resistido durante décadas, e com o agravante de haver pouca análise crítica e as grandes ONGs apresentarem a proposta como algo bom.

WRM para Tom Goldtooth, diretor da Rede Ambiental Indígena (IEN), da América do Norte:

Por que o uso de determinada linguagem (como programas de compartilhamento de benefícios, esquemas de certificação, salvaguardas, etc.) afeta a unidade dos Povos Indígenas? E como podemos fortalecer a solidariedade?

Tom Goldtooth: Esse é um tema importantíssimo, principalmente porque muitos aliados e até ONGs de conservação dizem que estão confusos. E eles se confundem porque, ao fazer intervenções, por exemplo, na ONU, a nossa Rede Ambiental Indígena e outras redes do Sul global

rejeitam os mercados de carbono, a geoengenharia e outras “soluções” técnicas, bem como os mecanismos de financiamento climático.

Quando nos perguntam por que nos opomos, respondemos que tudo isso faz parte de um sistema falso. A única estratégia nos corredores das negociações da ONU sobre o clima se baseia em adaptação, mitigação e financiamento a partir de soluções falsas. Investiram muito nisso. Por exemplo, tivemos de lidar com o Banco Mundial, que atribui milhões de dólares a organizações indígenas intermediárias no Sul global, o que nos dificultou informar as comunidades de base nas florestas, porque elas já estão convencidas de que participar do REDD+ (bem como das chamadas “soluções baseadas na natureza”) dá dinheiro, e acreditam que isso fortalece as suas lutas, pois recebem promessas de titularidade de suas terras.

Sendo uma pequena organização indígena que enfrenta esses atores, como podemos desenvolver uma estratégia para alertar os Povos Indígenas e as comunidades locais para essas falsas soluções? Estamos na ONU, em um grande centro de convenções, com muitas pessoas encarregadas de oferecer capacitação às nossas comunidades. Portanto, esse é um grande desafio. O proprietário da Amazon, Jeff Bezos, criou um fundo gigantesco nos Estados Unidos e repassou milhões de dólares a algumas das ONGs que mais promovem o REDD e as “soluções baseadas na natureza”. As comunidades estão sendo pressionadas a assinar contratos de 90 anos, ouvindo que vão ser beneficiadas, com essa linguagem de “compartilhamento de benefícios”. Enquanto isso, nós estamos tentando lutar para fazer uma contranarrativa.

Os defensores do REDD e do mercado de carbono precisam dos Povos Indígenas e das comunidades que dependem da floresta, e estão investindo para atrair aqueles a quem chamam “detentores do saber”. Esses esforços visam cooptar nossos Povos Indígenas e comunidades, e gerar divisão. Milhares de dólares estão sendo prometidos a alguns irmãos indígenas, e a mesma coisa está acontecendo na América do Norte. Quando se fala de “salvaguardas”, precisamos saber que não há nenhuma garantia nem consequência jurídica no caso de um Estado nacional violar essas salvaguardas.

Então, como podemos construir a solidariedade? Essa é uma questão central. Temos que ter muito cuidado com a linguagem, porque ela é usada para gerar confusão entre nós. Há pessoas que conheço há muitos anos na luta pelos direitos dos Povos Indígenas, e elas próprias estão nos dividindo. As estratégias das super ONGs conservacionistas, das instituições financeiras, das grandes empresas e dos governos estão nos dividindo. Eles não se preocupam conosco. Tudo o que querem é implementar seus esquemas de mercado. Cooptaram até a nossa narrativa. Falam de reconexão das pessoas com a natureza, harmonia com a natureza, desenvolvimento ecológico, “holístico”, “bem viver”. Eles manipulam os termos! E os nossos aliados não indígenas também estão sendo divididos. Precisamos estar muito atentos. Temos que desenvolver estratégias de solidariedade diante disso, e conseguir sustentá-las.

WRM para Izzudin Prawiranegara, do Centro de Recursos Agrários, da Indonésia:

A partir da experiência da comunidade junto à área do projeto de REDD em Katingan, na Indonésia, como a certificação de um projeto de REDD afeta as comunidades?

Izzudin Prawiranegara: A área do projeto de REDD tem 300 mil hectares, o que inclui 20 povoados na região central de Katingan. O principal objetivo do projeto é controlar as pessoas e até prender quem sair da área com produtos florestais. Isto é obviamente um grande fardo para a população.

Desde a última década, na Indonésia, há muito investimento para fortalecer as forças da ordem que cometem os chamados crimes ambientais, a maioria nos territórios dos povos da floresta. As pessoas que costumavam plantar arroz, por exemplo, e que usavam várias áreas há centenas de anos para a agricultura itinerante, já não podem fazê-lo. Se abrirem uma área para cultivo agora, correm o risco de ser multadas em 100 mil dólares e condenadas a 20 anos de prisão. Como resultado, os agricultores estão cada vez mais dependentes dos agrotóxicos, para os quais precisam de mais dinheiro. Por isso, muitos têm de abandonar suas terras, e quando a terra é abandonada, os incêndios ocorrem com muito mais facilidade. O aumento do custo do cultivo de arroz obriga as pessoas a entrar nas áreas florestais para tentar obter ou pescar algo, mas elas ficam expostas às punições.

Assim, vimos como os capitalistas estão usando o projeto de REDD para controlar grandes áreas e criar as condições para que a terra se degrade, e o cultivo de arroz nessas áreas está mais difícil para as pessoas. Ou seja, o projeto de REDD foi marginalizando cada vez mais os moradores, uma vez eles que tiveram de alterar suas práticas tradicionais de cultivo e usar agrotóxicos em quantidades crescentes. As pessoas estão sendo mais identificadas como uma ameaça e até mesmo como uma *commodity*.

O projeto introduziu a certificação CCB, que calcula os benefícios agregados em termos de carbono a partir da intervenção do REDD sobre os meios de subsistência de quem vive dentro e perto da área do projeto. Ou seja, calcula o carbono evitado ao se alterarem as práticas locais. Para o projeto, a população local é uma ameaça, e ele está mercantilizando essas pessoas ao incluir seus meios de vida na contabilidade do carbono como parte dos requisitos para a certificação. E quando ela é obtida, os créditos de carbono podem ser vendidos por muito mais dinheiro.

WRM a Ladislas Désiré Ndembet, membro da organização *Muyissi Environnement*, do Gabão:
Como o projeto Grande Mayumba, uma área protegida de um milhão de hectares que inclui uma concessão de exploração madeireira, impacta as comunidades?

Ladislas Désiré Ndembet: No Gabão, o projeto de REDD Grande Mayumba não usa, em momento algum, o termo REDD. Seus defensores falam de turismo, exploração florestal, agroindústria, “soluções baseadas na natureza”, mas REDD não é mencionado. O Parque Nacional Mayumba, no Gabão, criado em 1992 junto a outros 13 parques nacionais, ocupa 11% do território da região. A cidade de Mayumba tem 5 mil habitantes, incluindo os Povos Indígenas dos países vizinhos da África Ocidental, que estão envolvidos no comércio e no turismo.

Vinte anos após a criação do Parque Marítimo de Mayumba, as comunidades se sentem totalmente desiludidas porque já não podem aproveitar as riquezas das suas lagoas e do Oceano Atlântico. Agricultores e pescadores sofrem várias restrições, incluindo a proibição da pesca. Esse é um verdadeiro ataque à soberania alimentar. Eu venho dessa comunidade e cresci comendo ostras o tempo todo, o que já não é possível devido à forte política conservacionista.

As terras foram entregues a promotores do carbono. E o parque nacional que deveria tirar as populações do subdesenvolvimento através do ecoturismo acabou por mergulhá-las na precariedade total. No Gabão, a terra pertence ao Estado, e o Estado está atolado em corrupção, de forma que esse mecanismo é usado para a apropriação ilegal de terras, aumentando as áreas protegidas. Como resultado disso, as comunidades são isoladas pela política de conservação. O governo dá prioridade às parcerias público-privadas, que acabam por gerar mais pobreza para o povo.

O governo gabonês está defendendo fortemente essas falsas soluções, tentando obter mais financiamento para elas. É preciso lembrar que a Noruega prometeu 150 milhões de dólares, e começou a dar dinheiro ao governo desde 2021, sob a forma de compensações de carbono. Trata-se de uma situação muito difícil. Temos de denunciar essas condições e multiplicar esses diálogos. É preciso desmascarar essas falsas soluções e fazer com que desapareçam.

WRM a Larry Lohmann, membro do grupo de investigação CornerHouse, no Reino Unido:

Por que você afirma, em seu artigo, que “o REDD funciona melhor quando é mais colonialista”? E como o REDD vem conseguindo sobreviver durante tantos anos?

Larry Lohmann: o REDD sempre foi assombrado pelo seu próprio colonialismo. Eu me lembro de quando, há mais de 20 anos, nas negociações da ONU, um delegado africano ficou indignado com a ideia de que a terra e as florestas do Sul global tivessem que absorver a poluição do Norte industrializado. Apesar das muitas reformas, o REDD nunca será capaz de superar esse estigma colonialista, pois sua lógica econômica é possibilitar que continuar lucrando seja mais barato para as grandes empresas do que mudar alguma coisa.

O Sul global nunca ganhará muito dinheiro com o REDD porque isso iria contra o seu próprio objetivo. Mas o colonialismo do REDD vai muito mais fundo do que a apropriação de terras. Na verdade, cada vez que se tenta reformá-lo, ele se torna mais colonialista. Por quê? Porque para continuar queimando combustíveis fósseis, os compradores de créditos de REDD têm de dizer que são eles que estão salvando as florestas com o seu dinheiro. São eles que devem ficar com o crédito, literalmente, por fazer a diferença entre “florestas” e “não florestas”. Mas isso significa que eles precisam ter a certeza absoluta de que mais ninguém levará o crédito por salvar aquela área de floresta. Se as empresas que contabilizam o carbono em projetos de REDD não quiserem perder o “emprego”, precisam provar que, sem os projetos de REDD, mais ninguém poderia salvar as florestas – nem as comunidades que dependem delas, nem os movimentos sociais, nem governos locais, nem ninguém.

Os contabilistas do carbono nesses projetos têm obrigação de ignorar muitas coisas boas que poderiam estar acontecendo sem o REDD. Isso significa que devem ter uma atitude colonialista: “Essas pessoas do Sul global não conseguem fazer isto; só eu consigo”. Essa é uma exigência da contabilidade do carbono.

E fica pior. Os contabilistas do carbono também têm que mostrar aos compradores exatamente quantos créditos eles vão receber, porque só assim podem quantificar o combustível fóssil que conseguirão queimar após a compra desses créditos. Assim, as comunidades que dependem da floresta e outros atores do Sul global devem não só demonstrar ser incapazes de agir construtivamente sem o dinheiro do REDD, mas também ser estatisticamente previsíveis em termos de saber o que fariam sem esse dinheiro. Só pode haver uma única “linha de base” para um projeto de REDD, e ela deve ser quantificável.

Muitos críticos pensam que o problema do REDD é que as previsões do que aconteceria sem esses projetos não são suficientemente precisas. Mas a única possibilidade de aumentar sua precisão é tentar tornar as pessoas do Sul global mais previsíveis e mais passivas, e a única maneira de fazer isso é reforçar repetidamente o mito colonial de que as populações nativas são menos do que os animais: sem iniciativa, sem livre arbítrio nem vontade própria, sem um futuro para chamar de seu, sem um futuro que possam construir para si próprias.

Assim, o colonialismo do REDD reside não apenas na apropriação de terras, mas também na contabilidade técnica e matemática do carbono. E quanto mais se tenta fazer com que essa contabilidade seja precisa, mais colonialista ela se torna. O REDD sobrevive, em parte, porque os críticos que pedem “linhas de base” mais precisas não se dão conta de que, ao fazê-lo, estão também pedindo mais colonialismo.

As vozes das mulheres que vivem próximo às plantações de dendezeiros da Socfin em Serra Leoa

A empresa de plantação de dendezeiros Socfin é sinônimo de violência e opressão para as comunidades que afetou em vários países africanos. Serra Leoa não é exceção. Em um trabalho conjunto com Aminata Finda Massaquoi, jornalista e coordenadora nacional da WORNAPI, uma rede de defesa dos direitos das mulheres, o WRM está lançando um podcast para dar destaque às vozes das mulheres que convivem com os impactos das plantações industriais.

O nome da Socfin tem sido sinônimo de violência e opressão em vários países da África Ocidental e Central, onde a empresa tem plantações industriais de dendê. Serra Leoa não é exceção. Em um trabalho conjunto com Aminata Finda Massaquoi, jornalista e coordenadora nacional da rede de defesa dos direitos das mulheres WORNAPI, o WRM está lançando um podcast para dar destaque às diferentes camadas de opressão que as mulheres enfrentam quando as plantações industriais invadem seus territórios.

Acesse e ouça o podcast em inglês: <https://youtu.be/45qUTeAZ8H0>

“Elas trabalham a terra e, portanto, devem ter a liberdade de utilizar e decidir sobre a terra”

O dendê é um cultivo tradicional para muitas comunidades em Serra Leoa e em toda a África Ocidental. Aminata Finda Massaquoi explica: “O azeite de dendê é uma parte vital dos alimentos que nós comemos todos os dias. Tem profundos benefícios culturais e é o pilar da nossa economia tradicional, que é impulsionada principalmente pelas mulheres rurais. Enquanto os homens geralmente cultivam e colhem os frutos, as mulheres fornecem a maior parte da mão de obra necessária para extrair o azeite. Isso lhes dá muito prestígio social e benefícios econômicos.”

Aminata trabalha com direitos das mulheres rurais e os defende há muitos anos: “Eu ouvi suas reclamações e vi a realidade da maioria delas”. “Elas trabalham a terra e, portanto, devem ter a liberdade de utilizar e decidir sobre a terra”, explica.

A chefia de Malen, no distrito de Pujehun, sul de Serra Leoa, é uma das maiores áreas produtoras de azeite de dendê do país, e foi gravemente afetada pela guerra civil, de 1991 a 2002. No entanto, a importância desse cultivo para as mulheres e para a economia local está ameaçada. Por quê? Por causa da multinacional Socfin, subsidiária do Grupo Socfin, uma empresa de Luxemburgo, também multinacional. A chegada da empresa fez com que as monoculturas industriais relegassem a produção tradicional de azeite de dendê a uma condição marginal, deixando um rastro de destruição e devastação para as comunidades que vivem dentro e próximo a essas plantações, principalmente para mulheres e meninas.

Aminata lembra que, quando as empresas chegam às comunidades, seus representantes tratam com os homens e excluem as mulheres das negociações. Mesmo assim, como ela diz, “no final das contas, quem mais sofre são as mulheres, e seus filhos e filhas. Além de perder terras agrícolas, as mulheres também perdem suas próprias pequenas plantações, que lhes garantem uma fonte regular de renda”.

Com o objetivo de aprender com as mulheres mais afetadas pela chegada da empresa nessa área, Aminata costuma visitar a chefia de Malen. Ela conta como a paisagem biodiversa muda radicalmente nessa região, com hectares e mais hectares de dendezeiros em ambos os lados da estrada. Em dez anos, as florestas e terras férteis de Malen foram transformadas em milhares de hectares de monoculturas de dendezeiros.

Aminata explica que, em 2011, a Socfin assinou um contrato de arrendamento de 50 anos com o governo de Serra Leoa e a autoridade local de Malen, que entregou à empresa mais de 18 mil hectares de terras, ou seja, quase 70% da área total da chefia.

O negócio gerou mais de uma década de violência e divisão na chefia de Malen, com moradores locais dizendo que não foram devidamente consultados nem indenizados por suas terras, e que a Socfin não cumpriu suas promessas de construir escolas, estradas e hospitais e de fornecer bolsas de estudo.

Mamie Sannoh é a primeira pessoa com quem Aminata fala. Sannoh é da vila de Jumbu Malen, uma pequena comunidade localizada na estrada principal que leva à cidadezinha de Sahn Malen. Sannoh tem cinco filhos e cinco netos para cuidar. Ela arrendou suas terras à Socfin em 2011 e diz ter recebido apenas uma pequena quantia em dinheiro. Mamie Sannoh diz: “A gente plantava amendoim e pimentão, e fazia o nosso próprio azeite de dendê, mas agora temos que comprar todas essas coisas. Quando eu tinha a minha terra, só pegava o dendê na minha roça, processava, extraía o azeite e vendia. Agora, nós não temos terra nem dinheiro.” Preocupada por não ter comida suficiente para os filhos, ela diz: “Hoje eu me arrependo. Se eu ainda tivesse a minha terra, poderia plantar muitas coisas e sobreviver, mas agora não posso fazer isso. Como eu vou sobreviver?”

Nem todos nessa Chefia concordaram em arrendar suas terras para a Socfin. Mas até as famílias que mantiveram a terra estão sofrendo. Aminata conversou com Mariatu Kambo, de Jumbu Malen, distrito de Kemoh. Mariatu explica: “Eu tenho uma pequena plantação de dendê aqui, mas não posso processar porque a empresa não permite. Não tem nada que eu possa fazer. Mesmo quando eu colho o dendê, eu não consigo processar. Assim que veem a gente aqui, os seguranças vêm e nos acusam de roubar o dendê da empresa. Até conseguir azeite de dendê para cozinhar ficou difícil para nós. Não podemos fazer nada”.

Desde a chegada da empresa, as comunidades, principalmente as mulheres, vêm enfrentando incidentes violentos, criminalização e assédio. Também surgiu uma forte resistência, liderada

principalmente por mulheres. Uma resistência que fala em uma só voz: as terras devem ser devolvidas a seus cuidadores tradicionais.

Aminata Finda Massaquoi também falou com Aminata Fabba, vice-presidente da Associação de Proprietários e Usuários de Terras de Malen (MALOA), que disse: “Nós somos como ferramentas nas mãos da empresa e do chefe supremo. O chefe supremo faz conosco o que a empresa quer, e ela ignora as nossas preocupações.” Fabba diz que as mulheres em Malen querem que o contrato de terras com a Socfin seja renegociado ... ou que as pessoas recebam suas terras de volta.

Novas capitais, desmatamento e apartheid social: paralelos entre Brasil e Indonésia

Brasil e Indonésia têm algo em comum: em algum momento, seus governantes decidiram construir uma nova capital. Enquanto Brasília foi feita há cerca de 60 anos, a construção da nova capital da Indonésia está em andamento. Os dois projetos reforçam um Estado colonial, apesar de seus promotores afirmarem o contrário. No entanto, ambos também mostram o papel das lutas sociais como forma de reverter um histórico de colonialismo.

[Artigo disponível em Bahasa Indonésia](#)

Apesar dos 17 mil quilômetros que separam o Brasil da Indonésia, os dois países têm muito em comum, como alguns dos maiores remanescentes de florestas tropicais do mundo. Também compartilham uma semelhança específica: em algum momento, durante a era pós-colonial, seus governantes tiveram a ideia de construir uma nova capital. Enquanto os governantes brasileiros colocaram a ideia em prática há cerca de 60 anos, erigindo Brasília, as obras da nova capital da Indonésia estão em andamento. Em 2019, o parlamento nacional começou a colocar a ideia em prática ao aprovar sua construção na ilha de Kalimantan. Que paralelos podem ser traçados entre os dois projetos e, mais importante, que lições podem ser aprendidas para as lutas sociais na Indonésia e no Brasil?

Uma nova capital: o argumento enganoso de romper com o colonialismo

No Brasil, a ideia de construir uma nova capital existe desde a independência do país em relação a Portugal, em 1822. As elites pós-coloniais argumentavam, entre outras coisas, que o Rio de Janeiro, capital desde 1763, era um símbolo da influência dos colonizadores e que uma nova capital marcaria uma ruptura com esse passado. Também afirmavam que estabelecer a capital no centro do país fortaleceria a unidade nacional e traria progresso e desenvolvimento a toda uma nação cuja maioria da população vivia perto do litoral. Como resultado de disputas entre as elites sobre onde edificar a nova capital, Brasília só foi construída na década de 1950, sob a presidência de Juscelino Kubitschek. (1)

A Indonésia, por sua vez, tornou-se independente da Holanda em 1945. Desde então, vários presidentes manifestaram o desejo de construir uma nova capital, longe de Jacarta. Em 2019, sob a presidência de Jokowi-Ma'ruf Amin, o parlamento nacional aprovou a Lei da Capital do Estado, um projeto para a construção da capital (*Ibu Kota Nusantara* – IKN) em Kalimantan Oriental. As obras de infraestrutura já começaram. Os argumentos usados pelo governo de Jokowi apresentam paralelos com o discurso dos governantes brasileiros: a Indonésia deveria ter uma nova capital como parte de sua própria história, nova e independente. E como se afirmou no caso de Brasília, a ideia de transferir a capital para Kalimantan Oriental, no centro do arquipélago, desenvolveria

ainda mais todo o país, (2) já que a maior parte de sua população e suas atividades econômicas está concentrada atualmente na ilha de Java, onde fica Jacarta.

Desmatamento e energia

No caso de Brasília, 73% do Cerrado então existente foram destruídos durante as obras da nova capital: prédios do governo, áreas empresariais, residenciais e comerciais, a infraestrutura de transporte necessária. A nova capital, no entanto, desencadeou um amplo processo de desmatamento, que continua até hoje. A abertura de rodovias para ligar Brasília aos diferentes estados da federação teve papel fundamental nesse processo. Uma das primeiras estradas foi a Transbrasiliana, que liga Brasília à cidade amazônica de Belém, capital do estado do Pará. (3) Além da destruição de uma área significativa de floresta para construir essa estrada de 2.000 km, a obra também abriu a parte leste da região amazônica, expondo comunidades, principalmente os povos indígenas e seus territórios, a diferentes formas de violência e atividades destrutivas, como extração de madeira, pecuária, plantações de soja e outras monoculturas, atividades de mineração e usinas hidrelétricas.

Essas hidrelétricas, responsáveis por inundar e destruir amplas áreas florestais, são a espinha dorsal do fornecimento de eletricidade a Brasília. A usina de Itaipu, segunda maior do mundo em produção de energia elétrica, garante 20% do abastecimento, enquanto os 80% restantes são fornecidos pelo sistema FURNAS, também baseado em grandes hidrelétricas.

A Indonésia está iniciando o projeto de sua nova capital em um contexto muito diferente de quando Brasília foi construída. Desde então, o amplo desmatamento em todos os continentes reduziu significativamente as florestas (tropicais). Os governantes indonésios, incluindo suas elites e investidores, e instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial, têm incentivado ativamente a destruição da floresta em nome do “desenvolvimento” nas últimas décadas, principalmente em Kalimantan e Sumatra. A crise climática também gera impactos mais graves nos territórios a cada ano. Diante dela, as elites globais, grandes empresas e instituições financeiras basicamente reinventaram a economia capitalista dependente de combustíveis fósseis, apresentando-a como a chamada economia “verde” ou “de baixo carbono”. Mas por trás da nova imagem reluzente da economia “verde” se esconde uma lógica de expansão capitalista e o aprofundamento da exploração de florestas, seus povos e seus territórios, com o objetivo de aumentar os lucros das empresas e os benefícios das elites. Apesar de os combustíveis fósseis serem o principal motor das crises climáticas, é dentro desse marco capitalista que grandes empresas e governos formulam a maioria das políticas e compromissos relacionados ao clima e às florestas.

Isso ajuda a explicar por que o governo indonésio está promovendo sua nova capital como uma cidade “inteligente, verde e florestal”. Argumenta-se que a cidade (IKN) faz parte da solução para a crise global e ajudará a Indonésia a atingir sua meta de “emissão líquida zero”, usando energia renovável para atender à sua demanda de eletricidade e um sistema de transporte elétrico, baseado em baterias. (4)

No entanto, os 256 mil hectares supostamente necessários para construir a nova capital, que tem seis vezes o tamanho da atual, Jacarta, incluem áreas florestais que serão destruídas. Além disso, o fornecimento de eletricidade “renovável” virá da maior usina hidrelétrica ainda a ser construída (PLTA, em bahasa indonésio) no Sudeste Asiático, alimentada por cinco barragens no rio Kayan, no distrito de Peso, regência de Bulungan, em Kalimantan do Norte. De acordo com a ONG indonésia JATAM, em Kalimantan Oriental “existem seis aldeias que se tornarão vítimas desse projeto hidrelétrico do rio Kayan: Long Lejuh, Long Peso, Long Bia e Long Pelban, às margens do rio Kayan, bem como sítios arqueológicos nas aldeias de Long Pelbane, Muara Pangiang e Long Lian. Duas aldeias serão realocadas ou despejadas: Long Pelban e Long Lejuh. Existem sítios importantes para a comunidade indígena Bulungan e túmulos sagrados (Salung) nas aldeias de Muara Pangean, Long Lejuh, Long Pelban e Long Lian, que sofrem as mesmas ameaças. O patrimônio histórico de Bulungan, ‘Lahai Bara’, uma tumba ou local sagrado na aldeia de Long Pelban, também está sendo ameaçado”. (5)

Além disso, a construção da nova capital impulsionará ainda mais a expansão das indústrias extrativistas destrutivas. Além da areia e do carste, os blocos de pedra são necessários para a infraestrutura, aumentando a destruição causada por esse tipo de mineração em Sulawesi Ocidental e Central. Várias ilhas e as suas populações do lado oriental do arquipélago também vão sofrer com a devastação causada pela extração de níquel, uma das principais matérias-primas usadas na produção de baterias para veículos elétricos. Vale observar que essas fundições de níquel na Indonésia são alimentadas por usinas termoelétricas a carvão (PLTU, em bahasa indonésio). (6)

Apartheid social

Quando começou a construir Brasília, o governo Kubitschek promoveu fortemente o argumento de que a nova capital representava uma terra de sonhos e oportunidades. Propagou a ideia de que todas as pessoas, independentemente da classe social em que houvessem nascido, compartilhariam o mesmo espaço. Assim, realizar o sonho de uma nova capital também significaria realizar o sonho de uma sociedade nova e igualitária.

Nada poderia estar mais longe da verdade. Para começar, a construção de Brasília destruiu e reduziu territórios e a vegetação de Cerrado dos quais as comunidades quilombolas e os povos indígenas que ocupam toda a região desde tempos imemoriais dependiam para sua sobrevivência. Nove anos após a inauguração da capital, cerca de 79 mil pessoas viviam em 14.600 barracos espalhados por Brasília. Na tentativa de conter a migração de mais trabalhadores atraídos pelas supostas oportunidades que a cidade lhes ofereceria, o governo começou a retirar as pessoas desses acampamentos para uma área separada, que mais tarde se tornou uma nova unidade administrativa chamada Ceilândia. O processo foi comparável às práticas do regime de segregação racial do apartheid, da África do Sul.

Hoje, em comparação com as outras 26 capitais brasileiras, Brasília é a mais desigual. Em 2018, os moradores do Lago Sul, um bairro nobre cheio de mansões, pontos turísticos e restaurantes caros,

tinham renda média mensal de R\$ 7.654,91. Já no bairro Cidade Estrutural, a apenas 15 km do Lago Sul, a renda média era de R\$ 485,97, que é 16 vezes menos do que no Lago Sul. Em contraste com Lago Sul, as pessoas que moram no Estrutural travam uma luta diária para sobreviver. Com meios de transporte precários e caros para chegar aos seus locais de trabalho, elas enfrentam todo o tipo de problemas para atender às suas necessidades básicas, incluindo alimentação a preços acessíveis, acesso à água, energia, saneamento, serviços de saúde, etc. (7)

Embora ainda em sua fase inicial, a construção da nova capital da Indonésia, em Kalimantan, parece seguir um caminho semelhante. Está destruindo e reduzindo os espaços de vida do povo indígena Balik e de outras comunidades da região, principalmente daqueles que vivem no chamado Anel 1, a área mais importante da nova capital, reservada a altos funcionários do governo e outras elites. Os Anéis 2 e 3 serão destinados a comércio e indústria, respectivamente, e a bairros residenciais. Até agora, no que será o Anel 1, as mulheres indígenas Balik, cujas vidas e meios de subsistência estão interligados ao rio Sepaku, vêm sendo particularmente afetadas pelos trabalhos iniciais de construção. Plantações, hortas e sepulturas ancestrais foram destruídas. Seu conhecimento ancestral sobre os telhados trançados com folhas de palmeira nipa está fadado a desaparecer se continuar o projeto de represamento de rios para atender ao futuro abastecimento de água da capital, devido à destruição das áreas onde a palmeira ocorre. (8)

Quem está pagando a conta?

A única cifra oficial que informa quanto custou a construção de Brasília, estimada pelo então ministro da Fazenda do Brasil, Eugênio Gudin, em 1960, é de US\$ 1,5 bilhão, equivalente a cerca de US\$ 13 bilhões atualmente, ou cerca de R\$ 70 bilhões de reais brasileiros.

Parece uma soma relativamente pequena, mas, em comparação com o produto nacional bruto (PNB) de 1960, a construção de Brasília consumiu 10% do orçamento nacional. Dez por cento do PIB representariam hoje cerca de US\$ 140 bilhões ou R\$ 750 bilhões, valor bem mais significativo. Esse montante, no entanto, ainda não oferece um quadro completo, uma vez que muitas obras ocorreram após 1960.

Com essa conta, surgiu outro problema: o governo brasileiro simplesmente não tinha dinheiro suficiente para pagá-la. A “solução” adotada foi criar mais dinheiro, o que, por sua vez, contribuiu para uma das maiores taxas de inflação da história do país, levando a aumentos consideráveis nos preços de alimentos e outros produtos básicos. Também contribuiu para um período de instabilidade política que foi precursor do golpe militar de 1964, o qual instalou uma ditadura que durou até 1985. (9)

A Indonésia já é um país altamente endividado. Quem vai pagar a conta desse megaprojeto, orçado em cerca de US\$ 32,7 bilhões? (10) O governo prometeu que cobrirá “apenas” 20% do custo, enquanto investidores pagarão o restante. O governo também afirma que muitos investidores estão interessados, mas eles provavelmente investirão em parcerias público-privadas nas quais o governo precisa desempenhar o papel de “gerente de marketing”, fornecendo incentivos e

isenções fiscais para garantir retornos e lucros aos investidores. No final das contas, o custo será pago pelo povo da Indonésia. (11)

Parem a IKN, a nova capital que irá recolonizar o país

Até hoje, e há mais de 60 anos, a comunidade quilombola que foi despejada para a construção de Brasília luta para demarcar pelo menos uma ínfima parte do que um dia foram seus territórios. (12) Da mesma forma, os povos indígenas Balik que estão enfrentando a construção da nova capital na Indonésia continuam a erguer suas vozes.

Dahlia é dançarina de uma comunidade Balik na área onde a nova capital está planejada. Ela diz: “Não consigo imaginar o que vai acontecer quando o projeto estiver pronto para ser implementado,” (...), “Ninguém quer ouvir nossas vozes. Eu tenho vontade de chorar e gritar. Eu me sinto colonizada, mesmo estando em um país livre e independente.” (13)

Um paralelo marcante entre as histórias das duas novas capitais é como os dois projetos apenas reforçam um Estado colonial, apesar de seus defensores afirmarem o contrário. Ambos dominam e destroem os espaços de vida e os territórios das comunidades da floresta por interesses econômicos e políticos. E as duas capitais novas também promovem políticas de apartheid social.

Ambas as histórias, no entanto, também mostram o papel das lutas sociais como forma de interromper e reverter uma história de colonialismo e outras opressões estruturais que incluem racismo, capitalismo e patriarcado. Por trás dos discursos dos presidentes e da falsa propaganda sobre as novas capitais, as comunidades dos dois países são protagonistas das lutas pela defesa e a recuperação de terras, rios e florestas dos quais dependem sua cultura e sua identidade.

Quando a ditadura militar brasileira “abriu” o país, a partir de 1964, para garantir lucros para as elites nacionais e, em particular, internacionais, seu projeto era “matar” a cultura e a identidade dos Povos Indígenas e de outras comunidades tradicionais, integrando-os à força à sociedade como um todo, a chamada “moderna”. Mas os povos indígenas continuaram resistindo. Em 1980, foi fundada a primeira organização indígena no estado amazônico do Acre, chamada UNI, e cerca de 500 outras vieram nos anos seguintes. Juntamente com outros movimentos sociais, sua resistência se fortaleceu a ponto de derrubar os militares que estavam no poder. Uma nova Constituição lançou as bases para reparar uma pequena parte da dívida histórica com as comunidades indígenas e tradicionais. Porém, o fato de 26% do território amazônico ser controlado hoje por povos indígenas não se deve apenas a essa nova Constituição. É resultado, sobretudo, de lutas sociais que seguem exercendo pressão sobre uma estrutura de Estado que continua governando para os interesses privados dos ricos e mantém muitos traços coloniais.

O governo da Indonésia ainda está no estágio inicial de construção de sua nova capital e, portanto, ainda há a chance de cancelar o projeto. Como mostra o exemplo de Brasília, uma nova capital nada tem a ver com um país independente e o rompimento com o colonialismo. Os Povos Indígenas são a chave do entendimento sobre o que é necessário para romper com o passado

colonial. Isso inclui uma mudança fundamental na relação do Estado com as pessoas que vivem nos territórios e com os próprios territórios, em que o Estado precisa deixar de ouvir os investidores nacionais e estrangeiros ricos. Esse poderia ser um verdadeiro passo inicial rumo à descolonização do país.

Secretariado Internacional do WRM

- (1) Vermelho, Brasília e a mudança da capital para o Planalto Central, 2010, <https://vermelho.org.br/2010/04/22/brasil-e-a-mudanca-da-capital-para-o-planalto-central/>
- (2) The Guardian, Why is Indonesia moving its capital city? Everything you need to know, 2019, <https://www.theguardian.com/world/2019/aug/27/why-is-indonesia-moving-its-capital-city-everything-you-need-to-know>
- (3) Andrade, 2019. Vencidas a distância e a floresta: a Transbrasiliana e a Amazônia Desenvolvimentista. <https://www.scielo.br/j/tem/a/kKtNtz9YZndkj8XI4mhg8bR/?lang=pt>
- (4) Jatam East Kalimantan. Factsheet: How Indonesia's New Capital Megaproject invoked climate disaster and destroyed indigenous people and women of Suka Balik in East Kalimantan, 2022
- (5) Ibid 4
- (6) Ibid 4
- (7) Poder360, Brasília tem bairro com “renda europeia” e regiões tão pobres como a África, 2020, <https://www.poder360.com.br/brasil-60-anos/brasil-tem-bairro-com-renda-europeia-e-regioes-tao-pobres-como-a-africa/> e Poder360, Implantação de Ceilândia foi o apartheid de Brasília, 2020, <https://www.poder360.com.br/brasil-60-anos/implantacao-de-ceilandia-foi-o-apartheid-de-brasil-60/?preview=true>
- (8) Ibid 4; e Oxfam, For richer or poorer: from Brazil to Indonesia, 2016, <https://views-voices.oxfam.org.uk/2016/02/for-richer-or-poorer-from-brazil-to-indonesia/>
- (9) Poder360, Construção de Brasília custou US\$ 1,5 bilhão em valor de 1960, 2020, <https://www.poder360.com.br/brasil/construcao-de-brasil-60-custou-1-5-bilhao-em-valor-de-1960/> e Caos Planejado, Brasília: uma cidade que não faríamos de novo, 2019, <https://caosplanejado.com/brasil-uma-cidade-que-nao-fariamos-de-novo/>
- (10) Ibid 2
- (11) Ibid 4
- (12) BBC News Brasil, 2018. A história do quilombo que ajudou a erguer Brasília – e teme perder as terras para condomínios de luxo. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44570778>
- (13) WRM, A coerção do megaprojeto da nova capital da Indonésia e o descaso com as vozes do povo Balik, 2022, <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/coercao-do-megaprojeto-da-nova-capital-da-indonesia-e-o-descaso-com-vozes-do>

Ilusões do carbono na Amazônia brasileira

Explorando alguns aspectos de um recente estudo do WRM, apontamos como quatro projetos REDD no município de Portel, estado do Pará, na Amazônia brasileira, acabam reforçando certas fantasias inerentes à ideia de comercialização de carbono a partir do mecanismo REDD.

Recentemente, o WRM publicou o estudo ‘Neocolonialismo na Amazônia: Projetos REDD em Portel, Brasil’, sobre quatro projetos REDD no município de Portel, estado do Pará, na Amazônia brasileira. (1) Explorando alguns aspectos do referido estudo, procuraremos apontar como projetos em andamento acabam reforçando certas fantasias inerentes à ideia de comercialização de carbono a partir de projetos REDD.

O empreendimento REDD em Portel é capitaneado por investidores de países industrializados, tendo iniciado em 2008 com duração de projetos prevista até 2055. A iniciativa compreende quatro projetos que abrangem uma área total de mais de 7 mil km². Nessa área, os proponentes alegam realizar ações que impedem a destruição da floresta e que trazem benefícios à população local. Em contrapartida, são autorizados a partir da verificação de seus projetos por uma entidade privada de certificação, a Verra, passam a comercializar os créditos de carbono oriundos das emissões supostamente evitadas. Mesmo estando ainda no início, o empreendimento já possibilitou a venda de mais de 23 milhões de créditos de carbono (2) ‘produzidos’ em Portel, equivalente a mais de US\$ 120 milhões, conforme estimativa do estudo.

O que chama atenção não são as cifras em si, mas o grau de financeirização da natureza que os mercados de carbono representam. Para investidores, trata-se de uma possibilidade adicional de lucrar com o controle sobre a terra, mas por meio de uma mercadoria abstrata, o crédito de carbono. Note-se que, por meio de um projeto REDD é possível se apropriar da floresta com bem menos custos e maior discricção do que, por exemplo, com monocultivos de soja, pecuária extensiva ou mineração. Sendo assim, a capacidade de obter margens de lucro consideráveis sem a necessidade de efetivamente ‘produzir’ uma mercadoria física parece ser a justificativa mais evidente da eufórica multiplicação dos investimentos em REDD.

Aqueles por detrás dos projetos REDD em Portel alegariam que se trata de um empreendimento ganha-ganha para todos:

- o projeto estaria contribuindo para atenuar a crise climática por meio da redução de emissões;
- a população local estaria sendo beneficiada por ações sociais;
- os investidores tem sido financeiramente recompensados pelos serviços ambientais e sociais prestados.

Sobre essa última afirmação, não temos dúvida: de fato os proponentes dos projetos em Portel estão a receber um farto retorno a partir de seus investimentos. O que pretendemos evidenciar, a seguir, são as fantasias em relação às duas primeiras suposições.

Redução nas emissões: uma boa história

Os quatro projetos em Portel evidenciam uma característica comum de projetos REDD: contar uma boa história é o elemento primordial para ‘produzir’ e vender créditos de carbono. No caso de Portel, cientes de que a destruição da floresta na Amazônia é um fenômeno real e amplamente conhecido, os proponentes dos projetos parecem ter aproveitado para exagerar na previsão de desmatamento na hipótese de os projetos não serem implementados. Nos projetos REDD, essa previsão é precisamente o que determina a quantidade de créditos que poderão ser comercializados por seus proponentes.

Isso não é exceção em Portel. A natureza fictícia da ‘história de desmatamento’, supostamente evitado pelos projetos REDD, está baseada em parâmetros ‘técnicos’ questionáveis. Um deles, por exemplo, diz respeito à área de referência adotada para estimar a previsão de avanço do desmatamento. Ao incluir nessa área a região da Rodovia Transamazônica, aumenta-se consideravelmente a previsão de desmatamento na área caso a mesma não seja designada ao projeto REDD. Automaticamente, aumenta-se consideravelmente a previsão de créditos de carbono a serem gerados e, assim, o lucro potencial dos projetos. (3)

Moradores das áreas dos projetos com quem conversamos em visita a Portel em maio de 2022 acham que a previsão de desmatamento apresentada pelos empreendedores caso os projetos não sejam executados não condiz com a realidade de seus territórios. No mesmo sentido, não entendem como os resultados apresentados até o momento indicam que os projetos já evitaram tanto desmatamento a ponto de gerar tanta receita. Afinal, segundo os moradores, tudo que fizeram parece ter sido a doação de fogões à lenha e cestas básicas a moradores, o preenchimento de formulários e recolhimento de assinaturas.

Os donos dos projetos poderiam alegar que todos os cálculos apresentados nos projetos são baseados em metodologias científicas; que as previsões e resultados são verificados por empresas de consultoria terceirizadas (contratadas por eles mesmos!); e que o esquema é creditado pela principal instituição internacional na certificação de créditos de carbono, a Verra. No entanto, pesquisadores de diferentes universidades mostram que as referidas metodologias têm rotineiramente superestimado a capacidade dos projetos (4) em evitar emissões. Essas e outras falhas têm colocado a confiabilidade da Verra em xeque (5), sugerindo que sistemas de certificação de projetos REDD têm sido uma peça chave para a geração de lucros a partir do argumento de mitigação de impactos ambientais.

Entusiastas do REDD argumentam que se trata de falhas ‘técnicas’ a serem corrigidas, ou que são necessárias salvaguardas mais eficientes. Todavia, os jargões e argumentos ‘técnicos’ apenas mascaram suas intenções políticas subjacentes e, sobretudo, desviam do problema basilar do mecanismo REDD. É de amplo conhecimento que a principal causa do aquecimento global são as emissões geradas pela queima de combustíveis fósseis. Ora, se os combustíveis fósseis representam uma transferência contínua (e crescente!) de carbono retido no subsolo para a atmosfera, é ilusório acreditar os ciclos naturais da biosfera (incluindo a mera não-destruição de florestas) podem ‘compensar’ suas emissões (6). Trata-se de uma inconsistência estrutural que acompanha a lógica dos mercados de carbono desde sua criação.

Cabe ainda mencionar que frequentemente as histórias contadas na documentação de projetos REDD consideram a população local uma ameaça às florestas. No caso de Portel, o mero fato de os projetos mencionarem atividades dos ribeirinhos (7) como parcialmente responsáveis pelas emissões diminui o peso da responsabilidade do agronegócio e do extrativismo predatório – estas sim, altamente destrutivas.

Benefícios para a população local?

Do ponto de vista social, a iniciativa REDD de Portel tem duas peculiaridades. A primeira delas são ações de caridade – basicamente as já mencionadas doações de fogões e cestas básicas, além da elaboração do Cadastro Ambiental Rural (CAR). O CAR é uma autodeclaração relacionada ao uso da terra exigida pela legislação brasileira. Essas ações tem sido realizadas por uma organização chamada Amigos dos Ribeirinhos, que na documentação do projeto é apresentada reiteradas vezes como entidade beneficente e sem fins lucrativos. No entanto, segundo os registros públicos disponíveis, trata-se de uma empresa privada de propriedade do norte-americano Michael Greene, que por sua vez aparece como o principal articulador dos projetos em Portel.

A segunda peculiaridade é a listagem de 1252 famílias ribeirinhas como proponentes de um dos projetos REDD, juntamente com a referida empresa de Michael Greene. De acordo com a documentação, essas famílias teriam “assinado confirmando acordo com Projeto REDD de Crédito de Carbono”, estando supostamente representadas pelo presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Portel. Entretanto, no banco de dados da Verra não há nenhum documento apresentando a assinatura ou o consentimento legal das pessoas listadas. Ao que tudo indica, não houve autorização legal das famílias para participar do projeto REDD.

Moradores com quem conversamos em maio de 2022 ficaram espantados ao saber que as terras em que vivem estão arroladas nos projetos. Jamais poderiam imaginar que suas terras têm gerado uma mercadoria que desconhecem, cuja venda tem gerado receitas milionárias que obviamente também desconhecem. E tampouco poderiam supor que entre os compradores de créditos de carbono dos projetos em Portel estão algumas das maiores empresas do mundo, como as gigantes

da aviação Boeing, Delta Airlines e Air France; Amazon (e-commerce); Samsung (tecnologia); Repsol (petróleo), entre outras.

Reforçando o argumento da seção anterior, de que o mecanismo REDD não reduz emissões, empreendimentos como o de Portel acabam avalizando os planos de expansão de várias corporações para as quais não haverá barreiras contra o aumento previsto de suas emissões. Afinal, agora elas podem ‘compensar’ ou ‘neutralizar’ essas emissões comprando créditos certificados de Portel, propagandeando assim sua suposta responsabilidade ambiental e social. Em termos de ‘benefícios sociais’, portanto, trata-se de um esquema perverso em que:

- pessoas que vivem na área dos projetos perdem autonomia sobre seu território, já que o carbono absorvido não pertence mais a eles, e sim às empresas poluidoras que os compram;
- pessoas que vivem no entorno dos empreendimentos das empresas poluidoras que compram os créditos continuarão sofrendo seus impactos diretos, já que a suposta compensação de suas emissões permite que continuem e até mesmo expandam suas emissões;
- os responsáveis pela crise climática podem continuar lucrando com a queima de combustíveis fósseis e intensificando a crise climática, cujos impactos afetam desproporcionalmente comunidades do Sul dependentes de florestas e de agricultura de pequena escala.

Colonialismo renovado

Resguardadas as peculiaridades de cada época, o empreendimento REDD em Portel nos remete aos primórdios da colonização europeia no Brasil. A diferença é que, hoje, em vez de espelinhos e adornos, os empreendedores estrangeiros que desembarcam em Portel seduzem a população local com fogões, cestas básicas e com ajuda para obter o CAR – que é, de fato, um documento exigido pela legislação brasileira, mas, mais do que isso, é um documento fundamental para os proponentes implementarem seu projeto REDD e se apropriarem da riqueza produzida nessas terras. O produto valioso a ser extraído e comercializado no norte global não é mais o pau-brasil, e sim o crédito de carbono, uma mercadoria inimaginavelmente mais abstrata. Os colonizadores, antes autoconsiderados portadores e difusores da civilidade, se apresentam agora como salvadores da floresta e bastiões da mitigação dos impactos da crise climática – um problema que eles mesmos criaram.

Eficácia e ilusão

Por fim, o empreendimento em Portel corrobora o fato de que o mecanismo REDD pode ser bastante eficaz... para alguns: eficaz na apropriação de terras de floresta por interesses privados; eficaz em ‘produzir’ uma mercadoria invisível em alta quantidade; eficaz em garantir lucros a investidores estrangeiros; eficaz em garantir a maquiagem verde de grandes empresas compradoras de créditos de carbono. Entretanto, em termos de capacidade de enfrentamento à

crise climática, a iniciativa em Portel não revela nada de novo: o mecanismo REDD e os mercados de carbono continuam se mostrando uma grande ilusão que, a fim e ao cabo, contribui no sentido oposto do objetivo que justificou sua criação. Enquanto isso, comunidades que dependem das florestas seguem, ainda que sem saber, tendo seus direitos violados e sua autodeterminação comprometida.

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)

Os fatos sobre a iniciativa REDD em Portel apresentados neste breve artigo, assim como outros problemas que permeiam o caso, podem ser verificados com maior detalhamento no [relatório ‘Neocolonialismo na Amazônia: Projetos REDD em Portel, Brasil’ do WRM.](#)

(1) WRM, Neocolonialismo na Amazônia: Projetos REDD em Portel, Brasil, Novembro 2022,

<https://www.wrm.org.uy/pt/publicacoes/neocolonialismo-na-amazonia-projetos-redd-em-portel-brasil>

(2) Equivalente a 23 milhões de toneladas de carbono que supostamente teriam sido lançados à atmosfera na ausência dos projetos.

(3) Para entender melhor como são feitas essas previsões é possível consultar a publicação do WRM “10 alertas sobre REDD para comunidades”, disponível em <https://www.wrm.org.uy/pt/publicacoes/10-alertas-sobre-redd-para-comunidades>

(4) PNAS, Overstated carbon emission reductions from voluntary REDD+ projects in the Brazilian Amazon, 2022, <https://www.pnas.org/doi/10.1073/pnas.2004334117>

(5) The Guardian, Carbon offsets used by major airlines based on flawed system, warn experts, 2021, <https://www.theguardian.com/environment/2021/may/04/carbon-offsets-used-by-major-airlines-based-on-flawed-system-warn-experts>

(6) WRM, Todo o carbono é igual? Carbono fóssil, violência e poder, 2022, [https://www.wrm.org.uy/pt/15-anos-de-REDD-
Todo-o-carbono-e-igual](https://www.wrm.org.uy/pt/15-anos-de-REDD-Todo-o-carbono-e-igual)

(7) O termo ‘ribeirinhos’ diz respeito à população tradicional que habita a margem dos rios, tendo a pesca, o extrativismo de frutas e a agricultura de subsistência como atividades econômicas principais.

América do Sul: a destruição “verde” da floresta amazônica

A maioria das causas do desmatamento identificadas em uma análise global conduzida pela ONU em 1999 ainda está vigente. No entanto, as “soluções” propostas desde então se transformaram em novas causas subjacentes do desmatamento. Nesse cenário, os projetos que destroem a floresta e os projetos “verdes” dependem uns dos outros para serem viáveis.

Há décadas que o continente latino-americano, inclusive o Caribe, tem a taxa de desmatamento tropical mais alta do mundo, comparada com África e Ásia. Grande parte dessa destruição na América Latina está concentrada na região amazônica. Em 2021, entre os dez países com maior perda de florestas tropicais primárias do mundo, Brasil, Bolívia, Peru e Colômbia ocupam respectivamente o primeiro, o terceiro, o quinto e o sexto lugares.

Para entender o processo de desmatamento, **é preciso entender não só suas causas mais visíveis, como a extração de madeira e o avanço do agronegócio e da mineração, mas, sobretudo, as causas subjacentes.** Estas tendem a ser ocultadas, menos discutidas e mal compreendidas, e estão intimamente ligadas às diversas formas de opressão do sistema capitalista-racista-patriarcal, bem como ao legado colonial. Além disso, mais recentemente, é preciso entender de que forma **projetos apontados como “soluções” para a crise climática têm se tornado novas causas subjacentes de desmatamento.**

A primeira e última análise abrangente dessas causas em nível global, coordenada pela Organização das Nações Unidas (ONU), foi realizada em 1999, com participação expressiva da sociedade civil dos principais países com florestas. O que mais chama a atenção é que a grande maioria delas continua extremamente atual: (1)

- os grandes projetos de “desenvolvimento” ou infraestrutura, como barragens, estradas, esquemas de mineração e extração de petróleo se perpetuam numa aliança entre o Estado e o grande capital;
- o agronegócio, provavelmente mais destrutivo que em 1999, continua avançando, e faz parte de um processo mais amplo de corte e extração ilegal de madeira, incêndios florestais, especulação e grilagem de terras;
- os padrões de investimento, dívida, políticas macroeconômicas, fluxos globais de commodities e relações comerciais continuam sendo fundamentais nos processos de desmatamento em todo o mundo;
- a legislação permite, por exemplo, que terras do Estado sejam concedidas a grandes empresas dos setores de madeira, mineração ou plantação de árvores;
- os diversos projetos de “conservação da natureza” seguem assediando e espoliando os povos da floresta para estabelecer áreas protegidas oficiais;

- métodos militarizados de centralização do controle sobre as florestas ainda estão sendo empregados por Estados, grandes empresas, ONGs ou os três ao mesmo tempo;
- o não reconhecimento dos direitos territoriais de Povos Indígenas e comunidades tradicionais persiste, e a discriminação também. Nos últimos anos, houve uma crescente criminalização de comunidades e povos, enquanto atividades destrutivas são “descriminalizadas” e às vezes, explicitamente incentivadas;
- o enfraquecimento das condições de sobrevivência e das lutas de defensoras e defensores das florestas continua prejudicando a proteção desses territórios.

As velhas-atuais causas do desmatamento

O desmatamento na América Latina e no Caribe é maior não só porque a Amazônia é a maior floresta tropical do mundo, mas também por causa da escala e da rapidez do avanço do agronegócio, da mineração, da extração de combustíveis fósseis e de obras de infraestrutura.

Na **Venezuela**, por exemplo, impulsionado pela crise econômica, instalou-se um extrativismo predatório, baseado nem tanto mais no petróleo, mas em outras formas de mineração. O principal projeto se chama Arco Mineiro de Orinoco, que cobre 12% do território nacional, parcialmente na região da Amazônia venezuelana, com capital privado e internacional. Em 2016, o governo criou na área uma Zona Econômica Especial – uma área geográfica com leis especiais que flexibilizam radicalmente as normas ambientais e os direitos sociais, dentre outros problemas. Ao mesmo tempo, o governo fez acordos com as empresas envolvidas cujos detalhes não foram divulgados publicamente. Além disso, o exército obteve poderes especiais para garantir a continuidade da mineração e reprimir a resistência. (2)

Outro exemplo são as **obras de infraestrutura, realizadas sob o discurso de promover o “desenvolvimento” e a “integração”** da América do Sul. Essas rodovias, ferrovias e hidrovias, além de portos, aeroportos e hidrelétricas, servem sobretudo para escoar a quantidade crescente de matérias primas e commodities que resultam das atividades extrativas, não atendendo às demandas das populações da região e deixando apenas os impactos, muitas vezes devastadores.

O principal plano para a América do Sul é a **Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana**, IIRSA. O Plano IIRSA foi lançado no ano 2000 por 12 governos da América do Sul, incluindo mais de 500 projetos. Gradativamente, os investimentos em infraestrutura foram transformados na mais nova forma de expansão do capital financeiro com potencial de gerar grandes lucros, principalmente através de parcerias público-privadas, vantajosas para o setor privado, enquanto os governos nacionais assumem os riscos. Hoje em dia, são **megacorredores que ligam os lugares onde a extração for mais barata aos centros de fabricação e consumo** em escala e rapidez cada vez maiores. (3)

Um exemplo é a construção do trecho entre os municípios de Cruzeiro do Sul, no Brasil, e Pucallpa, no Peru, da **rodovia interoceânica**, que ligaria o noroeste do Brasil ao sudoeste do Peru, e cuja construção iniciou-se há mais de 20 anos. Em carta aberta, povos indígenas dos dois países

se opõem ao projeto, denunciando que “a construção da estrada se encontra dentro de um modelo de desenvolvimento predatório, que inclui exploração de minério, madeira, petróleo e gás. Na região com a maior bacia de água doce de superfície do mundo, há terras indígenas ainda não demarcadas e a presença de povos em isolamento voluntário, que seguem sendo ignorados e negados”. (4)

Aos impactos já nefastos das rodovias somam-se os dos projetos de ferrovias na Amazônia brasileira. A chamada “**Ferrogrão**”, por exemplo, que ligará o norte do Mato Grosso ao porto de Miritituba, no rio Tapajós, no Pará, passará por Unidades de Conservação e Terras Indígenas, e tende a agravar ainda mais os impactos da BR-163, que adentra a Amazônia a partir da região Centro-Oeste, maior produtora de grãos do país. Historicamente, projetos como esses foram e são os principais fatores que impulsionaram o aumento do desmatamento, gerando impactos devastadores para as populações das florestas.

A destruição “esverdeada”: novas causas subjacentes de desmatamento

O fato de as causas subjacentes de desmatamento apontadas em 1999 continuarem atuais não quer dizer que nada mudou. A maioria das “soluções” apresentadas supostamente para combater o desmatamento desde então por governos, bancos, grandes ONGs, dentre outros, se tornaram novas causas subjacentes.

A principal delas é o **mecanismo REDD**, sigla em inglês para Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal. O REDD surge em 2005, no âmbito das conferências da ONU sobre o Clima, com a promessa de reduzir e combater de forma rápida, simples e barata o desmatamento e, com isso, reduzir as emissões de carbono na atmosfera e o impacto das mudanças climáticas. A alegação é de que seria mais vantajoso “manter a floresta em pé” do que derrubá-la.

Nas florestas tropicais, uma empresa ou ONG escolhe uma **área de floresta supostamente ameaçada** e faz uma projeção de quanto dessa área seria desmatado num período entre 30 e 50 anos. A partir daí, é feito um cálculo hipotético de quantos hectares seriam conservados caso o projeto de REDD fosse ali implementado e, com base nisso, a quantidade de carbono cuja emissão seria evitada. Esses cálculos servem de base para a **emissão de créditos de carbono**, certificados por empresas de consultoria, a serem comercializados.

Quem compra esses créditos são, por exemplo, empresas dos setores de extração de petróleo, aviação, agronegócio ou mineração, a maior parte delas situada no Norte do globo. Elas “compensam” a poluição que geram, dizendo que estão conservando florestas longe dali. Com isso, “**compram**” o **direito de poluir a atmosfera** com uma quantidade de carbono supostamente equivalente à quantidade “armazenada” na área de floresta cuja destruição teria sido “evitada”. “Compensação”, portanto, é a palavra chave do mecanismo REDD.

As comunidades que vivem e convivem com as florestas são **responsabilizadas pelo desmatamento e, portanto, impedidas de usar esses espaços** e de realizar atividades fundamentais para seu sustento. Assim, o REDD reforça o pressuposto equivocado de que não existe possibilidade de convívio entre as populações e as florestas, causando problemas para as comunidades nas duas pontas: nas florestas onde os projetos se instalam, (5) mas também nas comunidades que vivem nos entornos das empresas do norte global que, com o REDD, podem continuar poluindo mais.

Em mais de 15 anos do mecanismo REDD, o desmatamento não foi reduzido, pelo contrário. As atividades de agronegócio, mineração, plantações de monoculturas, dentre outras, sempre foram mais lucrativas do que manter a “floresta em pé”, e isso deixa evidentes os verdadeiros interesses: **continuar poluindo. Assim, contribuem para o agravamento da crise climática, em vez de mitigá-la.**

Neste momento, há 99 projetos REDD certificados ou em fase de certificação nos quatro países com mais desmatamento da região Amazônica (Brasil, Bolívia, Peru e Colômbia), além de um número desconhecido de projetos não certificados.

Existem também diversos programas, propostos por governos da região amazônica. Na **Colômbia**, por exemplo, um decreto de 2017 permite que empresas não paguem os impostos por poluir o ar mediante a compra de “compensações”, inclusive através de projetos REDD.

Há também **programas REDD de governos estaduais**, como os do Acre e do Mato Grosso, no Brasil, financiados pelos governos da Alemanha, da Noruega e do Reino Unido. O pagamento, neste caso, não vem de venda de créditos no mercado de carbono, mas é baseado em supostos “resultados” na taxa de desmatamento num determinado período no passado, acordado entre as partes. Dependendo do índice de desmatamento definido, o resultado pode ser o oposto, concedendo-se pagamentos mesmo que o desmatamento esteja aumentando, como tem ocorrido no Mato Grosso. (6) Além disso, mesmo que o financiamento desse tipo de programa REDD não venha do mercado de carbono, um dos seus principais objetivos é preparar esses estados para que possam entrar o mais rápido possível nesse mercado.

O novo REDD: Soluções Baseadas na Natureza (SBN)

O fracasso do REDD na redução do desmatamento sugere que a ideia deveria ser abandonada, mas não é isso que acontece. Para alguns, o REDD não foi um fracasso: as grandes ONGs preservacionistas, as empresas dos mercados de carbono, as consultorias que elaboram e validam os projetos, os governos nacionais e estaduais, as certificadoras, dentre outros, em conjunto, embolsaram bilhões de dólares nos últimos 15 anos por meio do REDD. O mecanismo não foi um fracasso tampouco para as grandes empresas, como as de petróleo, que puderam expandir suas atividades poluidoras dizendo que “compensaram” suas emissões.

Só que resolveram mudar de nome. O REDD é cada vez mais chamado de Soluções Baseadas na Natureza (SBN). As SBN se tornam ainda mais perigosas para comunidades que dependem da floresta porque se articulam com outra proposta, o plano chamado “30x30”, que pretende conservar 30% das áreas naturais do mundo até 2030.

A frase mágica do momento para todos os setores da indústria mundial é alcançar um patamar de emissões “neutro em carbono”. Por conta disso, no momento, está ocorrendo uma verdadeira corrida pela apropriação de terras com florestas por parte de empresas e ONGs. Muitas comunidades estão sendo assediadas para assinar contratos que permitam vender créditos de carbono a indústrias internacionais, e cada vez mais, também a empresas nacionais. Por ser uma nova tendência, ainda não é possível encontrar facilmente projetos de SBN na Amazônia, mas eles prometem seguir a lógica do mecanismo de REDD, ao mesmo tempo em que já se encontram alguns projetos de REDD sendo rebatizados como iniciativas de SBN.

O agronegócio brasileiro é um dos setores que mais têm se destacado na promoção de atividades do tipo SBN mundialmente, por exemplo, expandindo o plantio de árvores com a monocultura de eucalipto e a chamada “**agricultura de baixo carbono**”. Trata-se de um conjunto de planos que incluem acrescentar aditivos às rações animais e introduzir práticas agrossilvícolas e de manejo do solo. Tudo isso não passa de uma aberração se considerarmos seus **planos de megaexpansão, com todos os incêndios e desmatamento necessários** para sua implantação. Sem falar do consumo de **derivados de petróleo em toda sua cadeia, incluindo adubos químicos e agrotóxicos**, o que ajuda a explicar por que a cadeia de produção alimentar baseada no agronegócio já é responsável por até 37% de todas as emissões globais de efeito estufa.

Economia de “baixo carbono” ou economia “verde”

Mas os atores do grande capital financeiro-industrial não só pensam em se pintar de “verde”, mas também dizem ter posto em marcha um projeto de **transição da base energética**. Longe de ser uma transformação rumo a uma economia mais justa climática e socialmente, eles pretendem – com o que chamam de economia de “baixo carbono” ou “verde” – manter e fortalecer sua hegemonia e seu poder.

É um erro pensar que essa nova matriz energética, baseada na energia eólica, mega-hidrelétricas, biomassa, energia solar, dentre outras, reduzirá o desmatamento e/ou as atividades extrativas. Ao contrário, **esses projetos também demandarão grandes quantidades de terra**. O símbolo da “economia de baixo carbono” é o carro elétrico, cuja produção requer, além dos metais e minerais de sempre – como ferro e alumínio – uma série de novos minerais e metais cuja extração implicará em ainda mais destruição e desmatamento.

O **Equador** é um exemplo de como a nova “economia de baixo carbono” já impacta a floresta e suas populações. Nos últimos anos, tem acontecido uma verdadeira pressão para extrair árvores de balsa, uma madeira ideal na indústria crescente de turbinas eólicas. O Equador já se tornou o maior exportador mundial dessa madeira, principalmente para a China. Ironicamente, enquanto

a China anuncia metas de “neutralidade em carbono” baseadas em mais parques eólicos, a destruição florestal em busca das árvores de balsa no Equador, e também **na Colômbia e no Peru**, só aumenta, além de outros impactos: os problemas causados pelas serrarias móveis nas comunidades, como poluição dos rios; o desequilíbrio na floresta com a extração desenfreada; os impactos sociais, como exploração de mão de obra, conflitos e divisões nas comunidades. (7)

Considerações finais

O discurso da economia de “baixo carbono” é extremamente conveniente para as empresas que realmente destroem as florestas em grande escala, bem como para quem se beneficia com sua implementação, inclusive as ONGs preservacionistas, as certificadoras e projetos de “compensação”, os investidores estrangeiros, etc.

Esse discurso inclui propostas e mecanismos perversos, como REDD e SBN, porque **seu objetivo central é criar as condições para a sobrevivência de indústrias poluidoras (e seus lucros)**, ao mesmo tempo em que causa graves desequilíbrios climáticos no curto prazo. Essas propostas levam a uma corrida desenfreada pelas terras das comunidades, aumentando a pressão sobre seus territórios, tanto pelas atividades destrutivas habituais quanto por novos ataques “verdes”.

Trata-se de um cenário que aponta para a importância de **fortalecer a resistência** nos territórios, bem como a articulação, a união e a solidariedade mútua entre as comunidades impactadas. Até porque os projetos destrutivos da floresta e os projetos “verdes” dependem uns dos outros para se viabilizar: ambos fazem parte de uma mesma lógica nefasta que precisa ser exposta e combatida.

Secretariado Internacional

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)

* Este é o resumo de um artigo publicado no dossiê “[O agronegócio é fogo](#)”. Você pode acessar o artigo completo em [português](#) aqui.

(1) WRM, Como políticas e agências florestais promovem destruição sustentável”, 2022,

<https://www.wrm.org.uy/pt/publicacoes/como-politicas-e-agencias-florestais-promovem-destruicao-sustentavel>

(2) Emilio Teran Mantovani, Crise e esgotamento do modelo petrolero na Venezuela: a megamineração e as novas

fronteiras da extração, 2017, <https://www.wrm.org.uy/es/articulos-del-boletin/crisis-y-agotamiento-del-modelo-petrolero-en-venezuela-la-mega-mineria-y-las-nuevas-fronteras-de-la> e Emilio Teran Mantovani: Mineração predatória

na Venezuela: o Arco Mineiro do Orinoco, economias de enclave e o Plano Nacional de Mineração, 2021,

<https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/mineracao-predatoria-na-venezuela-o-arco-mineiro-do-orinoco-economias-de-enclave-e-o-plano-nacional-de>

(3) Nick Hildyard, Cada vez mais infraestrutura extrema, 2019, <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/cada-vez-mais-infraestrutura-extrema>

(4) Documento final do Seminário Binacional Brasil/Peru Amazonia: *Sociobiodiversidade, resistência ao modelo desenvolvimentista predatório*, 2022. <http://lindomarpadilha.blogspot.com/>

(5) WRM, REDD: Uma coleção de conflitos, contradições e mentiras, 2014,

<https://www.wrm.org.uy/es/publicaciones/redd-una-coleccion-de-conflictos-contradicciones-y-mentiras>

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

(6) Jutta Kill, REDD: Mais que um fracasso, en “15 anos de REDD: Um esquema corrompido em sua essência”,
<https://www.wrm.org.uy/es/15-anos-REDD-no-solo-un-fracaso>

(7) Acción Ecológica, Paradoxos verdes de um país amazônico, 2021,
<https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/paradoxos-verdes-de-um-pais-amazonico>

RECOMENDADOS

Produção de dendê explora populações negras e indígenas no Brasil

O portal do notícias Metrôpoles percorreu 5,7 mil quilômetros para denunciar como a cadeia produtiva do dendê impacta povos quilombolas e indígenas no estado de Pará, Brasil. Há histórico de trabalho análogo à escravidão, expropriação de comunidades tradicionais e impactos ambientais. As comunidades quilombolas e indígenas denunciam a invasão de seus territórios por grandes empresas, principalmente o Agropalma e o Brazil BioFuels, que bloqueiam a entrada dos moradores nas regiões. Esses empreendimentos são acusados de ligação com pistoleiros que ameaçam lideranças comunitárias e devastam culturas e territórios centenários. O relatório faz um paralelo interessante entre estas monoculturas e a forma como a palma é cultivada e utilizada na Bahia, onde a cultura é plantada pelo povo e para seu próprio benefício, processada e utilizada localmente, e parte da identidade e cultura do povo. Leia e veja o vídeos em português aqui <https://www.metropoles.com/materias-especiais/ouro-liquido-producao-de-dende-explora-populacoes-negras-e-indigenas-no-brasil-2>

Empresa de óleo de dendê, polícia e militares realizam ataque massivo e violento contra moradores de aldeias na República Democrática do Congo

Em setembro de 2022, dois grandes contingentes de militares e policiais nacionais foram despachados para as áreas de concessão de plantações de dendê da empresa Plantations et Huileries du Congo (PHC) em Lokutu e Boteka. Segundo a PHC, esses contingentes fortemente armados foram enviados depois de um pedido apresentado pela PHC ao governo da RDC, supostamente para apoio na prevenção do roubo de dendê de suas plantações por residentes de aldeias que moravam dentro ou perto das áreas de concessão da empresa. Leia um resumo do que se sabe, com base em informações coletadas pela RIAO-RDC através de seus membros locais, entrevistas com os moradores afetados e uma missão de investigação in situ em Boteka, por dois membros da direção nacional da RIAO-RDC, em outubro de 2022. O resumo pode ser acessado em inglês aqui: <https://www.farmlandgrab.org/post/view/31235-palm-oil-company-police-and-military-conduct-massive-violent-rampage-against-villagers-in-the-dr-congo>; e francês aqui: <https://www.farmlandgrab.org/post/view/31234-une-societe-d-huile-de-palme-des-policiers-et-des-militaires-se-livrent-a-un-dechainement-massif-et-violent-contre-des-villageois-en-rd-congo>

Famílias na República do Congo perderam suas terras para dar lugar ao projeto de compensação da gigante do petróleo Total

Uma investigação realizada pela SourceMaterial e a Uearthed expôs alguns dos impactos de um grande projeto de compensação de carbono por meio de plantação de árvores na República do Congo, da gigante petrolífera TotalEnergies, que foi anunciado no final de 2021. Para ter acesso à terra, a Total fez uma parceria com a Forest Neutral Congo (FNC) para plantar árvores na reserva de Lefini, parte dos planaltos do Batéké. A FNC, que arrendou as terras do governo congolês, é uma subsidiária da Forêt Ressources Management (FRM), uma empresa de consultoria francesa. Mas o projeto teve um preço para as famílias dos planaltos de Batéké, que vivem daquela terra há gerações. Leia o relatório completo, em inglês, aqui:

<https://unearthed.greenpeace.org/2022/12/12/total-congo-offsetting-land-dispossessed/>

E assista aqui a um vídeo da investigação, em francês, aqui:

<https://www.mediapart.fr/journal/ecologie/121222/derriere-le-greenwashing-de-totalenergies-l-expropriation-de-paysans-au-congo>

Todos os artigos do Boletim podem ser reproduzidos e divulgados com a seguinte fonte: Boletim 264 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM): "Reflexões, histórias e lutas contra a violência da economia verde" (<https://wrm.org.uy/pt/>)

[Assine o Boletim do WRM](#)

**O Boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos
para defender seus territórios e florestas.
A assinatura é gratuita.**

Você perdeu a última edição do boletim do WRM

"Em solidariedade com as comunidades que resistem às monoculturas de árvores"

[Acesse esta e todas as edições anteriores neste link](#)

Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Lucía Guadagno, Edmundo Hoppe Oderich, Jutta Kill, Winfridus Overbeek e Teresa Pérez

Secretaria Internacional do WRM

Av. Bolivia 1962 Bis, CP 11500 Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

wrm@wrm.org.uy

<http://wrm.org.uy/pt>